

PLANEJAMENTO TERRITORIAL PARTICIPATIVO

TECENDO A UTOPIA
DE UMA COMUNIDADE
CUIDADORA

Joelmir Pinho



UFBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
EA - ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PDGS – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL

ANTONIO JOELMIR PINHO

**PLANEJAMENTO TERRITORIAL PARTICIPATIVO: TECENDO A UTOPIA DE
UMA COMUNIDADE CUIDADORA**

SALVADOR - BAHIA

2023

ANTONIO JOELMIR PINHO

PLANEJAMENTO TERRITORIAL PARTICIPATIVO: TECENDO A UTOPIA DE UMA
COMUNIDADE CUIDADORA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Interdisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social do Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Raniere Moreira da Silva

SALVADOR - BAHIA

2023

Escola de Administração - UFBA

P654 Pinho, Antonio Joelmir.

Planejamento territorial participativo: tecendo a utopia de uma comunidade cuidadora / Antonio Joelmir Pinho. – 2023.
108f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Ranieri Moreira da Silva.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2023.

1. Territorialidade humana – Milagres (CE). 2. Planejamento regional – Aspectos sociais. 3. Comunidades – Desenvolvimento.

4. Gestão social. 4. Geografia humana. 6. Comunitarismo.

7. Participação social. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Título.

CDD – 307.76

ANTONIO JOELMIR PINHO

PLANEJAMENTO TERRITORIAL PARTICIPATIVO: TECENDO A UTOPIA DE UMA
COMUNIDADE CUIDADORA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Interdisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social do Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social.

Aprovada em 03/05/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Raniere Moreira da Silva (Orientador)
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Prof. Dr. André Luis Nascimento dos Santos
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Prof. Dra. Valéria Giannella
Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB

AGRADECIMENTOS

Guardo em mim memórias e aprendizados herdados de muitos encontros sem os quais a jornada até aqui não teria sido possível ou, quando muito, as veredas trilhadas teriam sido outras que não aquelas pelas quais passei e me fizeram o que sou e estou.

De meu pai, minha mãe, irmãos e irmãs herdei o vínculo com o Sertão e a certeza de que é preciso sempre seguir caminhando, ainda que muitas vezes nos digam para desistir. Saber-se filho da aridez e da boniteza dos sertões nordestinos me faz capaz de carregar em meu corpo e em minha alma a coragem de lutar, sem jamais perder a ternura que se transmuta em poesia e alimento para seguir acreditando na potência da comunhão e da partilha. Foi na convivência diária com os meus, no interior do interior cearense, que cedo aprendi sobre a potência do pão conquistado com muito suor e repartido com justiça e amor. A seu Jacó, dona Maria, Janete, Vandete, Jandete, Joel, Jozemir e Josué minha gratidão por tudo.

Registro aqui meu agradecimento especial a Socorro Souza, companheira de todas as horas há quase três décadas, e a Vinícius e Walesvick, filhos e parceiros de jornada. O amor e a cumplicidade de vocês são essenciais para que eu não desista de sonhar com um mundo melhor e para que eu possa, todo dia, caminhar na direção dessa utopia que, como um horizonte, me anima a seguir sempre. Acordar todos os dias sabendo que vocês estão por perto - mesmo quando fisicamente distantes - tem um significado todo especial na minha vida.

Sou grato a todas, todos e todes que têm me ajudado a refletir sobre a breve aventura de nossa espécie na Terra e sobre muitas das questões trazidas neste trabalho. Em especial, agradeço aos queridos amigos e irmãos de sonhos, Jairo Façanha e Carlos Jara, pelas inquietações e pelos convites a mergulhos mais profundos em águas nem sempre muito transparentes. Também deixo aqui registrado meu agradecimento à jornalista e escritora Eliane Brum, uma das leituras mais necessárias dos nossos dias e com quem tenho aprendido, por exemplo, a ver o mundo a partir da centralidade da Amazônia e das periferias.

Meus agradecimentos aos queridos Marcos Castro, Carlos Miranda e Alberto Teixeira, por me ensinaram - pelo fazer cotidiano e pela coragem de não desistir - sobre a importância de seguir resistindo e existindo, sem se deixar sequestrar pelas ilusões que nos são apresentadas entre cada alvorecer e cada *boca da noite* e até nas noites adentro.

Também quero agradecer a cada professora e professor e a cada colega de turma do *Mestrado Interdisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social do Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia*. Foram dias de muitos

aprendizados, partilhas e desafios que não teriam sido vencidos se não fosse o espírito de solidariedade e a parceria que nos acompanharam até aqui. Contudo, foram também dias de muitas alegrias e talvez a junção de tudo isso seja o maior legado desta histórica e memorável oitava turma.

Por fim, agradeço ao amigo e orientador deste trabalho de pesquisa e escrita de dissertação, Raniere Moreira, com quem tive o privilégio de sempre contar, numa relação marcada por cumplicidades e pelo olhar atento, em meio à leveza que deveria pautar todo trabalho de orientação acadêmica. Meus agradecimentos, também, a André Luis Nascimento e Valéria Giannella – querida amiga –, que compuseram a banca de apreciação deste trabalho, além de Laudeci Martins, que integrou a banca de qualificação.

Partes integrantes e integradas às vivências aqui registradas, faço questão de escanear minha gratidão a todas as pessoas das comunidades Oitis e Catolé, na zona rural de Milagres, no Cariri cearense, com quem tive o prazer de experimentar uma das mais significativas jornadas de fazer coletivo de minha vida como militante político e social, como educador e como pesquisador. Em especial, agradeço a todas, todos e todes que estiveram presentes nos vários encontros que realizamos e cujos nomes estão registrados no Plano de Ação que integra este documento, ao seu final.

Em particular e de modo muito especial, agradeço a José Abilio, Águida, Ariany e Jordânia. Durante vários fins de semana tive o privilégio de fazer parte da família *Silva Ferreira*, sendo presenteado com muito cuidado, sem esquecer das risadas nas noites de prosa no terreiro, sob as bençãos da lua que, como um manto sagrado, cobre os sertões do Cariri. Com vocês revivi muito das minhas origens e, sobretudo, confirmei o quão saborosas e ricas de nutrientes, para o corpo e para o espírito, são as mesas simples partilhadas de forma generosa e os encontros regados por histórias que renovam em nós a certeza de que outro mundo é possível e confirmam que ele já acontece, aqui e acolá, sempre que a comunhão, a solidariedade e a sacralidade da Terra e da vida, humana e não humana, se fazem presentes.

Ao meu pai Jacó, à minha irmã Jandete e a meu irmão Josué (todos in memoria). Sei o quanto mais esse passo na minha caminhada seria celebrado por vocês. Celebremos, então!

À memória das crianças Yanomami, vítimas do genocídio patrocinado pelos agentes da necropolítica que governou o Brasil entre 2019 e 2022, com o desejo de que reaprendamos a honrar nossas ancestralidades, sequestradas pela perversa lógica de negação da vida que nos trouxe até aqui.

À memória de Francisco José Ferreira, o mestre Ferreira, cuja história de vida - marcada pelo cuidado, a solidariedade e a conexão com a mãe Terra, os bichos e as plantas – me atravessou profundamente e reavivou em mim a crença na humanidade, apesar de tudo.

RESUMO

Ainda que metodologias de planejamento territorial participativo não sejam uma novidade, é fato que estas não têm sido capazes de dar conta das urgências que se apresentam para comunidades urbanas e rurais no Brasil e outras partes do planeta, posto que ainda se pautam por uma visão de mundo limitada por um paradigma linear e predominantemente utilitarista. Visando ampliar um diálogo cada vez mais necessário, este trabalho apresenta a metodologia de planejamento territorial participativo denominada Comunidades Cuidadoras, desenvolvida junto às comunidades Oitis e Catolé, na zona rural do município de Milagres, no Cariri cearense. O objetivo foi contribuir com a vivência e sistematização de uma experiência de planejamento territorial participativo nas referidas comunidades, à luz dos elementos constitutivos da Gestão Social e do conceito/utopia de comunidade cuidadora. Nesse percurso, o encontro com outros conceitos - como sustentabilidade, comunitarismo, bem viver e gestão dos bens comuns - foi essencial. Ainda que não se trate de escolhas engessadas ou receituários a serem seguidos, o exercício de pesquisa que resultou no presente trabalho pautou-se pelos princípios da pesquisa-ação e, de forma mais pontual, por elementos constitutivos da etnografia. A metodologia Comunidades Cuidadoras foi experienciada entre maio de 2022 e janeiro de 2023. O diálogo como fio condutor do processo, o reconhecimento dos saberes e fazeres dos múltiplos atores e atrizes que tomaram parte do percurso, o acolhimento das urgências do território e uma visão de mundo mais alargada, a partir da reflexão coletiva, referenciaram a caminhada e conduziram aos resultados apresentados no presente trabalho que é, também, um registro crítico-reflexivo da própria jornada e da concepção inicial da metodologia. Do ponto de vista científico, as contribuições deste trabalho se inserem no campo da reflexão crítica, ainda de forma breve, sobre os limites das metodologias de planejamento territorial participativo. Além disso, nos aponta a necessidade de problematização dos processos de planejamento territorial, a partir do questionamento do paradigma que nos trouxe até onde nos encontramos atualmente, enquanto espécie e enquanto planeta, sem nos afastarmos do diálogo com os contextos locais. No campo tecnológico, o trabalho aqui sistematizado apresenta uma metodologia de planejamento territorial participativo que pode ser entendida como uma Tecnologia de Gestão Social que inova ao propor caminhos que nos permitam reconhecer o potencial endógeno de cada território, acolher suas urgências e, ao mesmo tempo, dialogar com agendas mais amplas, a exemplo da emergência climática. Quanto à dimensão social, esse trabalho possibilitou o exercício coletivo do planejamento

territorial, deixando como contribuição direta para as comunidades Oitis e Catolé, onde a pesquisa foi desenvolvida, um Plano de Ação Comunitário, Territorial e Organizacional – PACTO, parte integrante da metodologia Comunidades Cuidadoras. O Plano terá vigência de dois anos (2023-2024) e, ao lado dos projetos executivos a ele vinculados, representa o produto mais concreto desse percurso. Contudo, vale destacar os aspectos subjetivos, os aprendizados coletivos e o exercício de autorreconhecimento das potências das duas comunidades, especialmente a partir da pergunta geradora “o que podemos fazer por nós mesmos”.

Palavras-chave: Território. Planejamento Territorial Participativo. Comunitarismo. Gestão Social. Comunidades Cuidadoras.

ABSTRACT

Even though participatory territorial planning methodologies are not new, it is a fact that they have not been able to handle the needs that urban and rural communities in Brazil and other parts of the planet face because they are still guided by a vision of world that is limited by a linear and predominantly vocational paradigm. Aiming to expand an increasingly necessary dialogue, this research presents the participatory territorial planning methodology called "Comunidades Cuidadoras" (Caring Communities), developed with the communities Oitis and Catolé, in the rural area of the municipality of Milagres, in Cariri, Ceará. The objective was to contribute to the experience and systematization of a planning experience of participatory territorial planning in these communities, in the light of the constituent elements of Social Management and the concept/utopia of a caring community. Along the way, the encounter with other concepts –such as sustainability, communitarianism, good living and management of common goods– was essential. Although it is not a question of fixed choices or prescriptions to be followed, the research exercise that resulted in the present work was guided by the principles of action research and, more specifically, by constitutive elements of ethnography. The Caring Communities methodology was experimented between May 2022 and January 2023. Dialogue as the guiding thread of the process, recognition of the knowledge and actions of the multiple actors and actresses who took part in the journey, acceptance of the territory's urgencies and a vision of wider world, based on collective reflection, referenced the journey and led to the results presented in the present work, which is also a critical-reflective record of the journey itself and the initial conception of the methodology. From a scientific point of view, the contributions of this work fall within the field of critical reflection, albeit briefly, on the limits of participatory territorial planning methodologies. Moreover, it points out the need to problematize territorial planning processes, the starting from the questioning of the paradigm that brought us to where we are today, as a species and as a planet, without moving away from the dialogue with local contexts. In the technological field, this work presents a participatory territorial planning methodology which can be understood as a Social Management Technology that innovates by proposing ways that allow us to recognize the endogenous potential of each territory, welcome its urgencies and, at the same time, dialogue with broader agendas, such as the climate emergency. As for the social dimension, this work enabled the collective exercise of territorial planning, leaving a direct contribution to the Oitis and Catolé communities, where the research was carried out, a Community Territorial and Organizational Action Plan (Plano de Ação Comunitário, Territorial e Organizacional, PACTO), an integral part of the Caring Communities

methodology. The Plan will last for two years (2023-2024) and, alongside the executive projects linked to it, represents the most concrete product of this path. However, it is worth highlighting the subjective aspects, the collective learning and the exercise of self-recognition of the powers of the two communities, especially from the generating question “what can we do for ourselves”.

Keywords: Territory. Participatory Territorial Planning. Communitarianism. Social Management. Caring Communities.

LISTA DE IMAGEM

| | |
|---|----|
| Imagem 1 - Print de tela do sítio euronews.com | 38 |
| Imagem 2 - Atividade de grupo [encontro 1] | 65 |
| Imagem 3 - Apresentação de grupos [encontro 1]..... | 65 |
| Imagem 4 - Oficina de elaboração do PACTO [encontro 2] | 66 |
| Imagem 5 - Oficina de elaboração do PACTO [encontro 3] | 66 |
| Imagem 6 - Card de divulgação do Seminário | 68 |
| Imagem 7 - Seminário interno do PACTO | 68 |
| Imagem 8 - Seminário de apresentação do PACTO para convidados e comunidade..... | 69 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1 – Cronograma de atividades | 59 |
| Quadro 2 - Calendário de atividades | 64 |
| Quadro 3 - Matriz de plano de ação | 68 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|---|
| ABEFC | Articulação pela Economia de Francisco e Clara |
| ACB | Associação Cristã de Base |
| Bope | Batalhão de Operações Policiais Especiais |
| CO2 | Dióxido de carbono |
| D.C. | District of Columbia |
| EA | Escola de Administração |
| EAUFBA | Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia |
| EMATERCE | Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará |
| EPUCA | Escola de Políticas Públicas e Cidadania Ativa |
| ESF | Estratégia Saúde da Família |
| EUA | Estados Unidos da América |
| FETRAECE | Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura do Estado do Ceará |
| FOFA | Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças |
| GIZ | Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit |
| GTZ | Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IDEB | Índice de Desenvolvimento da Educação Básica |
| IHU | Instituto Humanitas Unisinos |
| INPE | Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais |
| IUCN | International Union for Conservation of Nature's |
| MAB | Movimento dos Atingidos por Barragens |
| MAM | Movimento pela Soberania Popular na Mineração |
| MPA | Movimento dos Pequenos Agricultores |
| MST | Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra |
| MTD | Movimento Trabalhadores por Direitos |
| NASA | National Aeronautics and Space Administration |
| PACTO | Plano de Ação Comunitário, Territorial e Organizacional |
| PAIS | Produção Agroecológica Integrada e Sustentável |
| PDGS | Programa de Desenvolvimento e Gestão Social |
| PENSSAN | Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar |
| PMERJ | Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro |

| | |
|---------|--|
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| PRF | Polícia Rodoviária Federal |
| SNUC | Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza |
| SWOT | Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats |
| TGS | Tecnologia de Gestão Social |
| TMI | Taxa de Mortalidade Infantil |
| UFBA | Universidade Federal da Bahia |
| UFRJ | Universidade Federal do Rio de Janeiro |
| UFSB | Universidade Federal do Sul da Bahia |
| VIGISAN | Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil |
| ZOPP | Ziel-Orientierte Projekt Planung |

SUMÁRIO

| | | |
|------------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 18 |
| 2 | PRIMEIRO ATO - SOBRE ESSES ENTRANHOS TEMPOS EM QUE VIVEMOS | |
| 2.1 | Apartados da grande teia da vida | 23 |
| 2.2 | Negacionismo, eugenia e aporofobia | 23 |
| 2.3 | Um país desigual e um Estado assassino | 29 |
| 3 | SEGUNDO ATO – COMO CHEGAMOS ATÉ AQUI | 32 |
| 4 | TERCEIRO ATO - DIÁLOGOS NECESSÁRIOS E URGENTES | 42 |
| 4.1 | Ancoragem conceitual | 42 |
| 5 | QUARTO ATO - O CHÃO DESTE TRABALHO | 51 |
| 5.1 | Sobre o município | 51 |
| 5.2 | Sobre o Território pesquisado | 52 |
| 6 | QUINTO ATO – PERCURSO PROPOSTO | 56 |
| 6.1 | Sobre a metodologia de pesquisa | 56 |
| 6.2 | Falando de Tecnologias de Gestão Social | 56 |
| 6.3 | Sobre a metodologia Comunidades Cuidadoras | 57 |
| 6.4 | O percurso proposto | 59 |
| 7 | SEXTO ATO – O PERCURSO VIVIDO [EXPERIENCIADO] | 64 |
| 8 | NOTAS [QUASE] FINAIS | 77 |
| | REFERÊNCIAS | 79 |
| | ANEXO A - PACTO OITIS/CATOLÉ [2023-2024] | 85 |



INTRODUÇÃO

1 INTRODUÇÃO

A busca pela concepção e implantação de metodologias que possibilitem a participação de atores locais no processo de identificação de problemas os mais diversos, definição de ações e indicação de prioridades, não é algo novo no planejamento territorial no Brasil e em outras partes do mundo.

Um dos métodos mais difundidos por aqui, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990, foi o *Ziel-Orientierte Projekt Planung* (ZOPP) (MENA, 2015), desenvolvido pela *Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit* (GTZ), a agência alemã de cooperação técnica que atualmente se denomina *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ). Durante muito tempo o planejamento de projetos orientado por objetivos serviu de referência para processos de planejamento que buscavam assegurar a participação de atores e atrizes locais na identificação de problemas e desafios de uma determinada instituição/organização ou de um dado território.

Contudo, todas essas ferramentas estão limitadas por uma visão de mundo que se ancora na centralidade da economia e aposta numa perspectiva desenvolvimentista, como se a grande solução para os problemas da humanidade estivesse na geração de mais riqueza e em algum grau de distribuição desta, considerando de forma superficial e, portanto, numa perspectiva ecológica rasa, os limites da própria mãe Terra. O cientista político equatoriano Carlos Jara, que nas décadas de 1980 e 1990 atuou como consultor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no Brasil e em outros países, nos apresenta uma importante reflexão:

Entiendo que la vida que nos queda por vivir debe ser empleada para corregir los errores cometidos en el pasado. Incurrí, entre muchos otros, en el error de asumir el discurso del “desarrollo” como elección de vida, y como opción profesional. Pensaba ingenuamente, por ejemplo, que el bienestar era el resultado de políticas económicas durmiendo en la misma cama con las políticas sociales, y con la acción redistributiva de parte del Estado. Nunca se pusieron de acuerdo [...].

Me ha costado mucho tiempo y decepciones darme cuenta de que la empresa económica del “desarrollo” del progreso ha estado dedicada, esencialmente, al adiestramiento de la sociedad, para que se vuelva rentable¹ (JARA, 2022, p. 4 e 5).

¹ Entendo que a vida que nos resta para viver deve ser usada para corrigir os erros cometidos no passado. Entre tantos outros, cometi o erro de assumir o discurso do "desenvolvimento" como opção de vida e como opção profissional. Ele pensava ingenuamente, por exemplo, que o bem-estar era resultado de políticas econômicas dormindo na mesma cama com políticas sociais e com ação redistributiva do Estado. Eles nunca concordaram [...].

Precisei de muito tempo e decepção para perceber que o empreendimento econômico do “desenvolvimento” do progresso tem se dedicado, essencialmente, à formação da sociedade, para que ela se torne rentável.

Aqui reside o “salto quântico” proposto pela metodologia Comunidades Cuidadoras. Para além de lançar mão de um conjunto de ferramentas integrativas e processos dialógicos, a metodologia convida a mirar o mundo e suas relações a partir de um referencial pedagógica ancorado na compreensão da interdependência e do cuidado como elementos balizadores do planejamento territorial participativo. O diálogo com essa perspectiva e com uma mirada epistemológica que reconhece, acolhe e valoriza os saberes e o fazeres dos diversos atores sociais das comunidades participantes do processo se fizeram presentes nos diversos encontros que realizamos ao longo dos quase sete meses de pesquisa.

O trabalho teve por objetivo contribuir com a vivência e sistematização de uma experiência de planejamento territorial participativo nas comunidades Oitis e Catolé, localizadas no município de Milagres, no Cariri cearense, à luz dos elementos constitutivos da Gestão Social e do conceito/utopia de comunidade cuidadora.

De modo específico se buscou: [i] Elaborar, com a participação das várias forças vivas locais, um **Plano de Ação Comunitário, Territorial e Organizacional – PACTO** das comunidades indicadas anteriormente; [ii] Estimular a **formação de redes** de solidariedade e parceria institucional comprometidas com as ações do PACTO elaborado; e [iii] **Sistematizar a experiência** de planejamento territorial participativo vivenciada, incluindo a análise do processo, em suas múltiplas dimensões, e a identificação de resultados efetivos e possíveis.

O trabalho foi desenvolvido tendo como referências metodológicas a pesquisa-ação e a pesquisa etnográfica, num encontro possível entre esses dois caminhos sem, contudo, deixar de acolher eventuais ajustes, adequações e aprimoramentos metodológicos que, preservando os princípios fundamentais de ambas, melhor respondessem às necessidades do trabalho e da dinâmica do território.

Tratou-se, portanto, de pesquisa qualitativa, com o caráter participante sendo condição essencial para que o objetivo da pesquisa fosse alcançado e a Tecnologia de Gestão Social pretendida fosse confirmada. Em alguma medida, a metodologia Comunidades Cuidadoras pode ser inserida no rol daquelas a que Giannella, Araújo e Oliveira Neta (2011, p. 143) denominam de Metodologias Integrativas.

Chamamos de Metodologias Integrativas as abordagens, técnicas e métodos, norteados pela busca de uma recomposição entre as partes cindidas do ser humano. A mente se incorporando, a racionalidade tornando-se sensível, a ciência subjetivando-se, o método abrindo-se para a intuição e a criatividade etc.

Como poderá ser visto, sem se afastar do rigor técnico necessário, inclusive em relação às normas da ABNT, optou-se pela apresentação do presente trabalho em um formato

estético diferente do padrão ou do mais usual em trabalhos acadêmicos. Essa escolha intencional dialoga de forma estreita com a compreensão freireana da importância da estética, da boniteza, para muito além da apresentação visual, do *layout* atrativo, do apelo ilusório. Trata-se, em derradeira análise, do encontro com o zelo, com o cuidado e com o encantamento como recursos didáticos fundamentais à comunicação que acolhe e inclui.

Quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a serenidade (FREIRE, 1996, p. 13).

Além disso, a opção pela apresentação do trabalho em um formato fora do modelo convencional nos convida a mudar a mirada e ver o mundo e as relações que o constituem, para além do velho paradigma que nos trouxe até aqui e que já não nos serve, não por ser velho, mas por negar, violentamente, a vida humana e não humana. Reafirmando o que já foi sinalizado anteriormente, a metodologia Comunidades Cuidadoras, vivenciada durante a pesquisa que deu origem a este trabalho e que aqui está apresentada, não representa apenas um jeito diferente de fazer planejamento territorial participativo, mas um convite à ressignificação de nossas relações, conosco mesmos, com as outras pessoas e com o mundo.



DESENVOLVIMENTO

PRIMEIRO ATO

SOBRE ESSES ENTRANHOS
TEMPOS EM QUE VIVEMOS



2 PRIMEIRO ATO - SOBRE ESSES ENTRANHOS TEMPOS EM QUE VIVEMOS

Em seu livro “Ideias para adiar o fim do mundo”, o ambientalista e filósofo indígena Ailton Krenak (2019) nos interroga sobre “como justificar que somos uma humanidade se mais de 70% estão totalmente alienados do mínimo exercício do ser”.

A modernização jogou essa gente do campo e da floresta para viver em favelas e em periferias, para virar mão de obra em centros urbanos. Essas pessoas foram arrancadas de seus coletivos, de seus lugares de origem, e jogadas nesse liquidificador chamado humanidade. Se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas neste mundo maluco que compartilhamos (KRENAK, 2019, p. 14).

Nesse primeiro ato, o convite é para refletirmos sobre o cenário em que estamos imersos desde algum tempo, a partir do nosso afastamento da grande teia da vida pela via da arrogância antropocêntrica, questão que é retomada no segundo ato, em diálogo estreito e continuado com este que agora você lê.

Aqui, lhes trago algumas marcas dos tempos atuais, cujas principais características estão associadas a modos de vida predominantemente devoradores de gentes e da nossa casa comum, a mãe Terra, ainda que seja possível identificar, aqui e acolá, experiências de resistência e contraponto à perversa lógica de reificação da vida humana e não humana.

Alguns trechos desse capítulo foram retirados de artigos de minha autoria, publicados no sítio Insurreições. Entre esses artigos estão o *Apesar de vocês* (PINHO, 2021a), o *Me recuso a seguir colecionando lutos* (PINHO, 2021b) e o *Uma distopia chamada Brasil* (PINHO, 2021c).

2.1 Apartados da grande teia da vida

O holoceno é um termo geológico para definir o período que se estende de 12 ou 10 mil anos, quando terminaram os efeitos da última glaciação, até os dias atuais. Já o antropoceno, termo de raízes etimológicas gregas, pode ser entendido como a “época da dominação humana” e representa um novo período da história da Terra em que o ser humano se tornou a causa da escalada global da mudança ambiental.

A transição da Era do Holoceno para a Era do Antropoceno, em curso no atual momento, vem acompanhada de uma onda crescente de desatino que tem levado nossa casa comum à exaustão e nos lançado em um cenário desolador de ecocídio que ameaçam a biodiversidade

planetária e a própria permanência humana por aqui. Como nos lembra Messias (2022), em artigo publicado na edição nº 335 do Cadernos IHU Ideias,

o Homo Sapiens, a jovem espécie dotada da linguagem simbólica e, concomitantemente, fundadora de uma comunicação em redes até então inédita no planeta, tem sido historicamente capaz de importunar outras espécies e causar imensas alterações planetárias [...], e isso em pouquíssimo tempo (MESSIAS, 2022, p. 10).

Criada em 1964, a Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas é uma iniciativa da União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN, em inglês)² e representa a fonte de informação mais completa e confiável do mundo sobre o estado global de conservação de espécies de animais, fungos e plantas. A lista saltou de 19 mil espécies ameaçadas de extinção em 2012, para 42 mil atualmente, o que significa que 28% das mais de 150 mil espécies avaliadas até o momento estão ameaçadas. Esse é um dos muitos resultados evidentes das escolhas e renúncias de nossa espécie ao longo de sua jornada terrena e, em especial, nos últimos séculos.

O mergulho às cegas no antropocentrismo nos apartou da grande teia da vida e tem nos afastado, de forma acelerada, da própria ideia de humanidade, levando uma parcela de nossa espécie a ignorar o projeto de extermínio, posto em marcha desde muito antes e acentuado nas últimas décadas, que tem como alvo, entre os de nossa espécie, os mais pobres, os indesejados da sociedade de consumo e todas as pessoas, povos e comunidades que não se sujeitam ao projeto de destruição, dominação e poder dos grandes grupos econômicos e seus asseclas nos diversos espaços públicos e privados de decisão e poder.

Contudo, remando contra a maré, várias pessoas e organizações, em todo o mundo, veem se mobilizando em defesa da vida, ainda mais ameaçada durante os anos recentes de sindemia, conceito apresentado ao mundo pelo antropólogo e médico estadunidense Merrill Singer, no início da década de 1990. Segundo Singer (2009), existem interações mutuamente agravantes, que se retroalimentam e se somam entre os problemas de saúde e o contexto social e econômico das populações onde a desigualdade é um fator determinante.

Tomando por base as contribuições de Singer, precisamos olhar para a Covid-19 e suas múltiplas consequências em todo o mundo, para além da perspectiva da saúde, buscando compreender suas relações e interações dentro do próprio campo da saúde e com os contextos sociais e econômicos em que vivem os vários grupos populacionais. Essa percepção alargada será essencial para a concepção e execução de políticas públicas comprometidas com a reversão

² <https://www.iucnredlist.org/>

das desigualdades, o que poderá resultar no enfrentamento mais eficaz da disseminação e dos efeitos de doenças infecciosas causadas pelo coronavírus SARS-Cov-2 e por outros vírus.

No contexto das lutas em defesa da vida humana e não humana e do próprio cenário de emergência climática que se acentuou nos anos mais recentes, vários atores nos convidam a olhar para a Amazônia como centro do mundo, a partir do qual a vida pulsa e se retroalimenta.

Cada vez mais próxima do ponto de não retorno, o fim da Amazônia – com suas florestas, seus ecossistemas, seus rios voadores, os saberes ancestrais dos povos da floresta e seus modos de vida integrados à dinâmica da mãe terra – representará o fim da própria espécie humana, apartada da grande teia da vida pela arrogância antropocêntrica, pela miopia econômica e pela pobreza espiritual que nos trouxeram até aqui (PINHO, 2021d).

O Manifesto da Amazônia Centro do Mundo³, documento produzido durante o encontro Amazônia Centro do Mundo, realizado em novembro de 2019, começa afirmando que “na época da emergência climática, a Amazônia é o centro do mundo”, para em seguida nos avisar que ‘sem manter a maior floresta tropical do planeta viva, não há como controlar o superaquecimento global’.

Estudos apontam que, ao transpirar, a Floresta Amazônica lança 20 trilhões de litros de água na atmosfera a cada 24 horas, abastecendo os rios voadores, termo popularizado pelo cientista peruano José Marengo, do Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos – CPTEC, vinculado ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. De forma muito resumida, podemos afirmar que esse fenômeno é responsável por levar água da Amazônia para o Centro Oeste, o Sudeste e o Sul do Brasil.

Diante do cenário de distopia em que estamos mergulhados, urge que comecemos a fazer novas escolhas e renúncias que, ao contrário daquelas que nos trouxeram até aqui, estejam comprometidas com o cuidado com nossa casa comum, com a solidariedade, a partilha, a comunhão e a celebração da vida. E isso pressupõe,

reconhecer a mãe Terra como ser vivo, acolhermos sua sacralidade e nos reconectarmos à grande teia da vida pelo caminho do reencontro com nossas ancestralidades. É rejeitarmos, pelo fazer diário, a lógica perversa de violência, competição, exclusão e negação da vida que sustenta o atual modelo de sociedade. Amazonizarmo-nos é também libertar o futuro, a partir do aqui e do agora (PINHO, 2021d).

Dialogando com essa mirada, o *Liberte o Futuro*⁴ - um movimento parido por muitas mãos, mentes, corações e espíritos de várias partes do planeta - nos convida ao compromisso

³ <https://mab.org.br/2019/11/20/manifesto-da-amaz-nia-centro-do-mundo/>

⁴ <https://liberteofuturo.net/>

urgente com a construção coletiva de um mundo que seja capaz de acolher a todas as formas de vida e reconhecer a sua interdependência como condição primordial para a nossa própria permanência na grande casa comum. Trata-se de uma das mais importantes iniciativas dos últimos tempos, que nos alerta para a necessidade de, no pós-síndrome de Covid-19, não nos rendermos “à volta da normalidade que corrompe a natureza e condena bilhões à pobreza e à exaustão de seus corpos”.

Contudo, nos últimos 10 anos, o 1% mais rico da humanidade se apropriou de mais da metade de toda a nova riqueza global. A Oxfam, uma confederação internacional que reúne vinte e uma organizações nacionais de várias partes do mundo, no relatório *A “sobrevivência” do mais rico: por que é preciso tributar os super-ricos agora para combater as desigualdades*, publicado em janeiro de 2023, aponta que “a multicrise global gerou uma enorme riqueza nova para uma pequena elite”.

De acordo com uma análise da Oxfam sobre dados do Credit Suisse, essa apropriação por parte dos super-ricos acelerou desde 2020, e o 1% mais rico ficou com quase dois terços de toda a nova riqueza. Isso representa seis vezes mais do que o que ficou com os 90% mais pobres da humanidade. Desde 2020, para cada dólar de nova riqueza global ganho por alguém situado nos 90% mais pobres, um dos bilionários do mundo ganhou 1,7 milhão (OXFAM, 2023, p. 7).

A desigualdade racial, social, de gênero e de espécie que essa assustadora concentração de riqueza provoca é brutalmente visível, o que nos coloca diante do desafio inadiável e inegociável de construir um mundo para 99%.

Autor do livro *A Crítica do Capitalismo em Tempos de Catástrofe*, o professor de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Marildo Menegat destaca que, “na medida em que o capitalismo vai colapsando no mundo inteiro, inclusive na América Latina [...] é necessário garantir espaços territoriais onde ele ainda é capaz de acumular”. As declarações de Menegat foram dadas ao editor e repórter Marco Weissheimer, em entrevista publicada no site de notícias Sul21⁵, no dia 11 de fevereiro de 2019.

Para esse capitalismo em crise e em constante mutação, a Amazônia é apenas um desses potenciais territórios onde sua perversa lógica de exploração ilimitada e acumulação, ainda que às custas da destruição da vida humana e não humana, pode prosperar. Estamos falando de um sistema que tem como uma de suas marcas a capacidade de camuflar seus interesses e se apropriar de nossos discursos e sonhos, dando-lhes a roupagem que melhor lhe convém.

⁵ https://sul21.com.br/entrevistasz_areazero/2019/02/vivemos-uma-barbarie-permanente-e-a-gestao-dela-sera-assumida-por-formas-de-violencia-militar/

Foi assim, por exemplo, com a ilusão do desenvolvimento sustentável, da qual trataremos mais adiante.

Me associo aqui a outras vozes que afirmam não haver saída para o planeta - e por conseguinte, para a humanidade - dentro do capitalismo, qualquer que seja a forma como ele se apresente, porque é da sua essência a exploração, a destruição e a exclusão.

2.2 Negacionismo, eugenia e aporofobia

Outra marca dos nossos dias tem sido o negacionismo e a disseminação de *fake news* como instrumentos políticos estratégicos na escalada de projetos autoritários em todo mundo. Como nos lembra o historiador italiano Enzo Traverso, autor do livro *As novas faces do fascismo: populismo e a extrema direita* (2021), “o surgimento da direita radical é uma das mais evidentes características de nosso momento histórico”. Traverso enfatiza ainda que “o mundo ainda não havia experimentado um similar crescimento da direita radical desde os anos 1930, um desenvolvimento que desperta a memória sobre o fascismo”. Contudo, para Traverso (2021) o conceito de fascismo parece ser, ao mesmo tempo, inapropriado e indispensável para compreender essa nova realidade. “Portanto, chamarei o momento atual de um período de *pós-fascismo*. Esse conceito enfatiza sua particularidade cronológica e o localiza em uma sequência histórica marcada tanto pela continuidade quanto pela transformação”, explica o historiador italiano.

Embora em cada país a extrema direita tenha características próprias, com os inimigos internos variando de acordo com os contextos locais, a maioria de seus líderes têm em comum o autoritarismo, o nacionalismo fundamentalista, o racismo, a intolerância religiosa, a violência de Estado como método de governo e a negação da história e da ciência de acordo com suas conveniências.

Sempre travestido de suposta polêmica, o negacionismo tem servido tanto a interesses políticos de grupos de extrema direita, quanto a interesses de grandes corporações ou grupos econômicos, mobilizando pesados investimentos em campanhas e *lobbys*. Foi assim quando a indústria do petróleo viu seus interesses ameaçados pelos consensos mundiais baseados em estudos científicos, que apontavam os graves problemas decorrentes do aumento da emissão de gases de efeito estufa como o dióxido de carbono (CO₂), resultante da queima direta de combustíveis fósseis como petróleo e gás natural.

Para defender seus interesses, empresas como a *Exxon Mobil Corporation*, multinacional de petróleo e gás com sede nos EUA, decidiram apostar suas fichas em campanhas que

buscavam desacreditar os resultados das pesquisas, atacar a imagem dos próprios cientistas e enfatizar a incerteza. Estratégia semelhante foi adotada pela indústria do tabaco na década de 1950, diante das revelações dos impactos nocivos do cigarro para a saúde humana. Desde então, os mercadores da dúvida, tradução livre para *Merchants of Doubt*, título do livro de Oreskes e Conway, lançado em 2011, trabalham de forma meticulosa para distorcer informações e gerar dúvidas sobre questões essenciais ao futuro do planeta, que exigirão mudanças significativas nos modos de vida atuais da humanidade e impactarão diretamente os negócios das corporações que financiam o trabalho desses profissionais da negação e a disseminação de suas teses na grande mídia e entre grupos específicos, sempre apostando no poder da dúvida.

Não bastasse tudo isso, o Brasil que chega ao século da genética carrega consigo as marcas da eugenia social e da aporofobia, herdadas de um longo período de escravidão e da perversidade que sempre acompanhou a parcela mais snobe dos muito ricos e da classe média deste país.

Surgido na Inglaterra em 1883, a partir do pensamento do matemático Francis Galton, o conceito de eugenia toma por base a teoria da seleção natural das espécies para defender que era necessário impedir, entre a espécie humana, a reprodução de “indesejáveis”, o que incluía pessoas com vícios, prostitutas e “degenerados”. A partir daí a eugenia ganha forte viés social e a ideia de uma raça pura vai ser adotada, por exemplo, pelos nazistas para justificar a eliminação de judeus, negros, comunistas, pessoas com deficiência, ciganos e outros grupos considerados inferiores por Adolf Hitler e seus apoiadores.

Um dos primeiros países da América do Sul a contar com um movimento eugenista organizado, o Brasil fundou em 1918 a Sociedade Eugênica de São Paulo, contando com o apoio de médicos, membros da classe média e da “elite” econômica local. O movimento teve forte influência na construção da ideia de embranquecimento da população brasileira, que chegou a ser incluída no texto constitucional de 1934 (art. 138) (BRASIL, 1934), incumbindo à União, aos estados e aos municípios, o estímulo à educação eugênica. Além do escritor Monteiro Lobato e outros nomes de expressão nacional, um dos principais personagens do movimento eugenista no Brasil na primeira metade do século XX foi o médico Renato Ferraz Kehl, autor de *A Cura da Fealdade* (1923) e dezenas de outros livros sobre o assunto. Kehl defendia uma “limpeza” da linhagem brasileira de qualquer resquício de povos negros e indígenas, visando erradicar o que ele considerava “feiuza”. No Livro *Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo* (2020), a historiadora Pietra Diwan dedica um capítulo inteiro às teorias de “Renato Kehl, o médico do espetáculo”.

O neologismo aporofobia [Do gr. *Á-poros*, pobre, e *fobéo*, aversão], concebido pela filósofa espanhola Adela Cortina, ganhou visibilidade no Brasil, nos últimos tempos, graças à militância crucial do padre Júlio Lancellotti. Autora do livro *Aporofobia, a aversão ao pobre: um desafio para a democracia* (2020), Adela define o termo como “ódio, repugnância ou hostilidade ante o pobre, o sem recursos, o desamparado”. Para evidenciar que a aporofobia está mais próxima de nós do que imaginamos, a filósofa espanhola escreve que

é o pobre, o *áporos* que incomoda, inclusive o da própria família, porque se considera o parente pobre como uma vergonha que convém deixar de lado, ao passo que é um prazer ter o parente triunfante, bem situado no mundo acadêmico, político, artístico ou no dos negócios (CORTINA, 2020).

O religioso católico, cuja atuação pastoral está visceralmente comprometida com os direitos da população em situação de rua, vem liderando um movimento de denúncia de práticas de interdição de espaços públicos como viadutos, praças, mobiliário urbano, calçadas, áreas sob marquises e até em acessos a templos religiosos, com o fim último de impedir seu uso, mesmo que por uma noite, por pessoas pobres, geralmente em situação de rua ou temporariamente desabrigadas.

A aporofobia se evidencia também nas campanhas espelhadas por várias cidades do Brasil, que desestimulam a solidariedade e a ajuda aos mais pobres, promovendo a indiferença e ignorando os perversos contextos econômicos e sociais em que essas pessoas estão inseridas. Ou ainda, quando não nos comprometemos com a luta por políticas públicas de proteção e garantia de direitos fundamentais para uma parcela expressiva da população, historicamente excluída e invisibilizada, cuja condição de miséria foi acentuada durante o atual contexto de pandemia.

2.3 Um país desigual e um Estado assassino

Na distopia chamada Brasil, mais de 33 milhões de pessoas passam fome todos os dias e muitas crianças, no momento que você lê este texto, ainda não fizeram a primeira refeição do dia e nem sabem se o farão. No Brasil de 2022, mais da metade da população vivia com algum grau de insegurança alimentar. Eram 125,2 milhões de pessoas, de acordo com dados da segunda edição do *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II VIGISAN)* (REDE PENSSAN, 2022), publicado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN.

Esse mesmo Brasil segue como um dos países mais desiguais do mundo, de acordo com um estudo do *Laboratório das Desigualdades Mundiais (World Inequality Lab)*⁶, da *Escola de Economia de Paris*, lançado no início de dezembro de 2021. Por aqui, os 50% mais pobres ganham 29 vezes menos do que os 10% mais ricos e em 2021 os 50% mais pobres possuíam apenas um por cento da riqueza nacional, enquanto a parcela do um por cento mais rico era dona de cerca da metade de toda a riqueza do país.

Aos que conseguem escapar da fome e do abandono das instituições públicas sequestradas por interesses privados de meia dúzia, resta torcer para não cruzarem o caminho dos muitos agentes do ódio, do preconceito e da intolerância que se multiplicam entre nós como fogo de monturo. Aos sobreviventes, resta torcer para não serem alcançados pelo braço armado do Estado, a exemplo do que aconteceu a Genivaldo de Jesus, um homem negro de 38 anos, com transtornos mentais, morador da pequena cidade de Umbaúba, em Sergipe. Genivaldo foi preso no dia 25 de maio de 2022, depois de ser parado pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), por pilotar uma moto sem usar capacete. Ele teve as mãos algemadas e os pés amarrados e foi jogado na traseira de uma viatura da PRF, onde foi torturado e morto numa câmara de gás improvisada no próprio veículo oficial. É o Estado recorrendo a métodos nazistas para eliminar quem seus agentes julgam *morríveis*, a partir de critérios previamente estabelecidos que levam em conta a cor, a condição social e o endereço dos escolhidos.

Um dia antes, a mesma PRF havia participado, ao lado do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), de uma operação que resultou na morte de pelo menos 23 pessoas na Vila Cruzeiro, na zona norte da capital fluminense. Foi a segunda intervenção policial mais letal da história do Rio, atrás apenas daquela ocorrida em maio de 2021, na favela do Jacarezinho, que deixou 28 pessoas mortas. Aos parentes dos mortos resta o luto e a luta em meio ao medo e o desejo de que outras famílias não precisem viver a mesma dor. É isso que move, por exemplo, as Mães de Acari (Rio de Janeiro) e as Mães do Curió (Fortaleza). Como nos lembra Mano Brown, na letra de *Fórmula Mágica da Paz* (Racionais MC's), a grande maioria dessas mães - se não todas - tem em comum “a roupa humilde, a pele escura, o rosto abatido pela vida dura, colocando flores sobre a sepultura. Que loucura!”.

⁶ <https://wir2022.wid.world/>

SEGUNDO ATO

COMO CHEGAMOS ATÉ AQUI?



3 SEGUNDO ATO – COMO CHEGAMOS AATÉ AQUI?

Identificadas as principais marcas dos nossos dias e compreendida a gravidade do que estamos vivendo, como planeta e como espécie, se faz fundamental refletirmos sobre como chegamos até aqui. Que escolhas e renúncias nos trouxeram à beira do precipício? Será possível nos afastarmos dele sem uma mudança radical dos nossos modos de ser e estar no planeta? Ainda há tempo para fazermos o caminho de volta? O que isso significa?

Essas perguntas nos acompanharão ao longo deste segundo ato, não como uma busca desenfreada por respostas que talvez nem consigamos ter, mas como bússolas a guiar nossas reflexões numa mirada pelo retrovisor da história, enquanto buscamos luzes no fim do túnel à medida que seguimos adiante.

A partir dos estudos do geoquímico estadunidense Clair Cameron Patterson, desde 1956 sabemos que a Terra conta com cerca de 4,5 bilhões de anos. Trata-se de um dos quatro planetas rochosos no sistema solar e, pelo menos até onde sabemos com certeza, o único que abriga a existência de vida, cujo florescimento se deu de forma lenta e gradual. A vida na grande casa comum data de cerca de 3,5 bilhões de anos e ao longo desse tempo as forças geológicas determinaram seus processos evolutivos. A espécie humana moderna (*Homo sapiens*) está por aqui há apenas 200 mil anos, embora devamos ter em conta que antes do *sapiens* outros homínídeos já caminhavam pelo planeta, de acordo com o *Human Origins Program*⁷ do *National Museum of Natural History*⁸, administrado pela *Smithsonian Institution*, uma instituição de educação e pesquisa vinculada ao governo dos Estados Unidos, com sede em Washington, D.C.

Contudo, nesse curto espaço de tempo, mesmo sendo uma única espécie entre os 10 a 14 milhões de espécies atuais no planeta [segundo estimativas recentes], nossas escolhas e renúncias têm sido responsáveis pelo comprometimento da vida na Terra. Como nos lembra Paulo Artaxo, através de artigo intitulado “Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno?”, publicado na edição nº 103 da Revista USP [2014], a dominação da espécie humana está influenciando algumas componentes críticas do funcionamento básico do sistema terrestre, entre elas, o clima e a composição da atmosfera (PINHO, 2019).

Ao longo dos séculos mais recentes a arrogância antropocêntrica levou a espécie humana a se pautar pela necessidade de afirmação de sua superioridade sobre as outras formas de vida no planeta. Movidos pela ilusão da supremacia humana, nos apartamos da grande teia da vida e nos distanciamos do seu curso natural, a partir da dessacralização e coisificação da

⁷ <https://humanorigins.si.edu/>

⁸ <https://naturalhistory.si.edu/>

mãe Terra e de toda a sua biodiversidade. Pinho (2019), enfatiza que “a própria vida humana foi transformada em propriedade, mercadoria e objeto de desejo. Escolhemos o abandono e a competição e rejeitamos, violentamente, o cuidado, a solidariedade e outros valores centrados na vida”.

Nosso tempo é especialista em produzir ausências: do sentido de viver em sociedade, do próprio sentido da experiência da vida. Isso gera uma intolerância muito grande com relação a quem ainda é capaz de experimentar o prazer de estar vivo, de dançar e de cantar. E está cheio de pequenas constelações de gente espalhada pelo mundo que dança, canta e faz chover. [...]. Minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história (KRENAK, 2019, p. 26).

Entretanto, é importante destacar que nem sempre foi assim. Durante muito tempo nossa espécie esteve conectada à grande teia da vida de que falamos anteriormente e integrada aos processos naturais, acolhendo a interdependência como condição essencial à nossa jornada a bordo da nave mãe, a quem batizamos de Terra e a quem compreendíamos como um ser vivo, até nos lançarmos na aventura, montanha acima, em busca das ilusões do progresso. Por milênios, vivemos sob a regência de culturas matriarcais, nas quais as relações de nossa espécie com a espiritualidade e a natureza se davam de forma indissociável, resultando no reconhecimento da sacralidade da Terra e da vida e na prevalência da dimensão comunitária e, portanto, da comunhão e da partilha.

Como nos lembra Façanha (2004), “na aventura moderna rumo ao progresso, o ser humano colocou-se no centro de tudo, procurou possuir, transformou os laços sociais em mero jogo de utilidades e vantagens, e legitimou a exploração humano – natureza”. De forma gradual e ininterrupta, fomos erguendo modos de vida ancorados no antropocentrismo, no patriarcado, na predominância do masculino e da razão e na dessacralização da Terra e da vida. Essas grandes pilstras se consolidaram com o passar dos séculos e ditam nossa existência até os dias atuais.

Ao estudar os impactos das atividades humanas sobre o planeta Terra, o químico holandês Paul J. Crutzen recorreu ao termo Antropoceno para definir a era geológica atual. Prêmio Nobel de Química em 1995, Crutzen aponta que o início do Antropoceno pode ser datado do fim do século XVIII, embora se apresente aberto ao diálogo sobre possíveis outras datações.

Algumas leituras dão conta de que a partir do momento que passamos a nos fixar em algum território, isso por volta de 10 mil anos atrás, nossa espécie sempre agiu como uma força biológica de transformação da superfície terrestre, especialmente por meio das atividades

agropastoris. Foi a Era do Antropoceno que nos empurrou para a condição de força geológica, capaz de determinar o funcionamento do sistema climático da Terra, algo inédito na história e entre todas as espécies do planeta. Para termos uma ideia dos impactos dessa força, basta vermos que o cenário de emergência observado atualmente tem, em grande medida, origem antrópica.

O Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa 3.0 (HOUAISS, 2009) define antropocentrismo como uma “forma de pensamento comum a certos sistemas filosóficos e crenças religiosas que atribui ao ser humano uma posição de centralidade em relação a todo o universo”. Na cosmologia aristotélica e cristã medieval essa centralidade se dá através da compreensão de nossa espécie como “um eixo ou núcleo em torno do qual estão situadas espacialmente todas as coisas”. Já na perspectiva teleológica hegeliana, a centralidade do humano se faz pela sua percepção como “uma finalidade última, um *télos* que atrai para si todo o movimento da realidade”. Qualquer que seja o ponto de mirada, o fato é que,

o antropocentrismo, essa amarga ilusão de que somos uma espécie superior escolhida por Deus para dominar sobre todas as outras formas de vida na Terra, nos fez saqueadores e usurpadores da vida planetária, ao mesmo tempo que nos liberou de qualquer culpa por escolhas e renúncias que, ao longo dos anos, têm comprometido seriamente a diversidade genética do planeta e, por conseguinte, a capacidade da vida se adaptar a mudanças abióticas como temperatura, salinidade, radiação e outros fatores (PINHO, 2019).

Levados a acreditar na ideia de que a nossa espécie é superior às outras formas de vida no planeta e para afirmar essa condição, passamos a tencionar o fio que nos unia à grande teia da vida, buscando nos colocar numa posição central e superior, até que esse fio não suportou a tensão e se rompeu, nos fazendo apartados, desconectados da grande teia. Não por acaso, quando muitos de nós pretendem expressar alguma preocupação com o presente e o futuro da mãe Terra, falam da necessidade de “salvamos o nosso planeta”, uma expressão equivocada que evidencia nossa arrogância ao nos pretendermos salvadores do planeta e reproduz a mesma lógica de posse, de propriedade e de não integração que nos trouxe até aqui.

Contudo, não paramos por aí. Ao longo de nossa jornada terrena, além de rompermos nossa conexão com a grande teia da vida, elegemos o patriarcado como elemento de poder e domínio, além de abraçarmos o imperativo da razão e a superioridade do masculino como pilstras de sustentação do paradigma sobrejacente, o que nos fez sequestradores de nós mesmos. Como enfatiza Pinho (2019), “passamos a adotar a lógica da separação e da redução também entre nós, humanos. Somos classificados segundo a condição econômica, o grupo social, o gênero, a raça ou a etnia e outros atributos convencionados socialmente”. Fomos ensinados a

rejeitar o diferente e a acreditar que, pela diferença, nós fazemos melhores ou piores, superiores ou inferiores a outros seres da nossa própria espécie, a exemplo do que fizemos em relação às outras formas de vida no planeta.

Os defensores do paradigma em ascensão durante a fase de consolidação da Era do Antropoceno concentraram todos os seus esforços na dessacralização da Terra e da vida, visando liberar nossa espécie de qualquer culpa ou responsabilidade pelas constantes agressões à natureza, pela apropriação do trabalho alheio como mão de obra escravizada ou mal remunerada e por todo o ciclo de violência daí decorrentes. Rompida a sacralidade, removia-se qualquer eventual impedimento moral à escalada desenfreada da montanha, agora conquistada. Contudo, basta uma breve mirada pelo retrovisor para vermos o rastro de destruição e violência deixado pelo caminho, aí incluídas a negação do outro e a perda do vínculo com nossa ancestralidade.

Do alto da montanha passamos a nutrir um modo de vida pautado numa espiritualidade representada pela ideia de um Deus masculino, distante, inacessível e castigador, bem ao gosto da razão masculina. Ao mesmo tempo, nossas relações conosco mesmos, com os outros e com o planeta tornaram-se profundamente adoecidas, marcadas pelo abandono, pelo descuido e pela competição que, nas palavras de Humberto Maturana [biólogo chileno], “não é nem pode ser sadia, porque se constitui na negação do outro” (PINHO, 2019).

Na economia, temos pautado nossa jornada por uma lógica linear que nos acompanha desde o início do período industrial e que consiste, basicamente, em extrair, transformar, consumir e descartar, com muitos de nossa espécie ainda ignorando o óbvio ululante de que vivemos em um planeta com recursos finitos. Além disso, como nos lembra Dowbor (2022), “em diversas eras e sociedades, a apropriação do produto social por minorias sempre esteve no centro da organização da sociedade como um todo. O ponto de partida é a própria existência do excedente social”.

Dialogando com essas questões, o Papa Francisco, em sua carta encíclica (2015) *Laudato Si'* - sobre o cuidado da casa comum, destaca que, “pensando no bem comum, hoje precisamos imperiosamente que a política e a economia, em diálogo, se coloquem decididamente ao serviço da vida, especialmente da vida humana”. E o argentino Jorge Mario Bergoglio, eleito Bispo de Roma no conclave que terminou em 13 de março de 2013, interroga: - Será realista esperar que quem está obcecado com a maximização dos lucros se detenha a considerar os efeitos ambientais que deixará às próximas gerações? O líder católico acrescenta que,

Dentro do esquema do ganho não há lugar para pensar nos ritmos da natureza, nos seus tempos de degradação e regeneração, e na complexidade dos ecossistemas que

podem ser gravemente alterados pela intervenção humana. Além disso, quando se fala de biodiversidade, no máximo pensa-se nela como um reservatório de recursos econômicos que poderia ser explorado, mas não se considera seriamente o valor real das coisas, o seu significado para as pessoas e as culturas, os interesses e as necessidades dos pobres (CARTA ENCÍCLICA, 2015).

No dia 24 de setembro de 2022, durante o evento global Economia de Francisco, realizado na cidade italiana de Assis, o principal líder da igreja católica e cerca de mil jovens, provenientes de 120 países, assinaram um documento que ficou conhecido pelo mesmo nome daquele encontro histórico.

Antes do momento presencial em Assis, várias atividades preparatórias foram realizadas ao longo de 2020 e 2021, em vários países. No Brasil, nasceu desse processo a *Articulação pela Economia de Francisco e Clara – ABEFC* que, de acordo com seu sítio na internet, é “composta por pessoas que se dedicam a pensar e agir em prol de uma nova economia, visando a mudança do paradigma capitalista predatório”. Suas articulações estão voltadas para a conscientização e a construção de uma sociedade mais justa e solidária. A ABEFC (2023) definiu dez princípios para o que foi batizado de *Economia de Francisco e Clara*, numa alusão a São Francisco de Assis e a Santa Clara. O terceiro princípio se refere à crença em “alternativas anticapitalistas” e afirma:

Cremos no Bem Viver porque o capitalismo é um sistema econômico cujas leis próprias geram exclusão e desigualdade (Evangeli Gaudium, 53), pelo que se faz um sistema insuportável, e que precisa ser superado, juntamente do colonialismo e do patriarcado. Cremos que um suposto “capitalismo inclusivo” é contraditório com a opção pelo respeito à criação e por uma ecologia integral e não é a resposta para a crise que vivemos. Cremos, portanto, que o bem viver é a filosofia prática que nos faz caminhar na direção da nova economia construída sob o paradigma da igualdade, da sustentabilidade e da cidadania (ABEFC, 2023, p. 24).

Por outro lado, dentro dos marcos do próprio capitalismo temos assistido aos debates em que, de um lado, estão os adeptos da crença de que é possível reformar o capitalismo, tornando-o mais humano, numa perspectiva conciliadora que se apoia, principalmente, no argumento de que, no pós-síndrome de Covid-19, é preciso recuperar a economia, voltar a produzir e desenvolver. Essa crença é abraçada, inclusive, por várias pessoas do campo progressista em todo o mundo que, ao se associarem a essa corrente de pensamento, deixam de reconhecer que foi também a ilusão desenvolvimentista, associada ao antropocentrismo e a outras miopias, que nos trouxe até aqui.

A outra corrente reúne alguns dos piores espíritos que esse sistema foi capaz de parir e inclui aqueles que desdenham da emergência climática, apostam na perversa lógica do Estado mínimo, consideram inevitável o sacrifício dos mais pobres para vencer as crises, cada

vez mais frequentes, do capitalismo e rechaçam qualquer possibilidade de renúncia a seus privilégios. São os mesmos que apostam no ódio, na intolerância e no preconceito como *modus operandi* e se colocam no papel de serviçais dos interesses das grandes corporações e grupos econômicos, que enxergaram em cada crise uma oportunidade de negócios lucrativos, pouco importando quantos vidas humanas e não humanas serão sacrificadas.

Aparentemente opostos, os dois projetos servem aos mesmos interesses, ainda que por caminhos diferentes. Contudo, nenhum deles serve aos mais pobres e à mãe Terra. Nenhum será capaz de tirar o planeta da agonia a que ele foi submetido bem antes da pandemia, que apenas expôs nossas feridas e escancarou a insustentabilidade das escolhas e renúncias da espécie humana até aqui.

Portanto, se não nos servem as alternativas de salvação do próprio capitalismo, qual projeto pautará a agenda dos mais pobres, dos trabalhadores, dos povos e comunidades tradicionais, dos sem-terra, dos sem-teto, dos excluídos e marginalizados?

Certamente, não há uma resposta pronta, nem pode haver. Essa precisará ser uma construção coletiva urgente, a partir das muitas reflexões e experiências acumuladas, especialmente por povos e comunidades tradicionais, comunidades rurais e das periferias geográficas e políticas do Brasil e de várias outras partes do mundo (PINHO, 2021).

Enquanto muitas e muitos discutem a urgência de mudanças de atitudes frente a emergência climática, o aumento da fome e vários outros cenários nada favoráveis à vida terrestre, grandes corporações controladas por alguns poucos, estudam como avançar com sua ganância voraz por territórios até então inimagináveis. Estamos falando, por exemplo, de megaprojetos de extração de minerais no assoalho oceânico e da exploração de petróleo no permafrost do Ártico, uma camada de solo que permanece – ou pelo menos permanecia - congelada o ano inteiro, sob a proteção de alguns metros de terra e vegetação, chamada de “camada ativa”.

Por muito tempo, se acreditou que durante as eras do gelo no Pleistoceno - compreendida entre 2,5 milhões e 11,7 mil anos atrás - o extremo norte do planeta fora um deserto ininterrupto de gelo e solos finos cobertos, aqui e acolá, por sálvia. Contudo, as descobertas recentes do ecologista Sergey Zimov, que ao lado do filho Nikita, administra uma estação de pesquisa no Ártico, revelam que a Sibéria, o Alasca e o oeste do Canadá já foram pradarias férteis, ricas em pastos e salgueiros. Zimov confirma suas descobertas ao jornalista Craig Welch, da *National Geographic*, enquanto recolhe mandíbulas de bisão, fêmures de cavalo, ossos de mamute e materiais vegetais, trazidos até uma praia às margens do rio Kolyma, abaixo do penhasco Duvanny Yar, na Sibéria. A matéria assinada por Welch, com fotos de Katie Orlinsky, foi publicada no site da *National Geographic Brasil*, em agosto de 2019.

Em uma área de cerca de 23 milhões de quilômetros quadrados no topo do planeta, as mudanças climáticas estão escrevendo um novo capítulo. O permafrost ártico não está

derretendo gradualmente, como os cientistas previram. Geologicamente falando, está descongelando quase que da noite para o dia. Conforme solos como os de Duvanny Yar ficam moles e perdem camadas, eles revelam vestígios da vida antiga — e massas de carbono — presos em terra congelada por milênios (NATIONAL GEOGRAPHIC BRASIL, 2019).

Já se sabe que o permafrost do Ártico abriga bilhões de toneladas de gases de efeito estufa (GEE), que vêm sendo liberadas em ritmo cada vez mais acelerado e em grandes quantidades, na forma de dióxido de carbono (CO₂) e de metano (CH₄) que, segundo especialistas, é trinta vezes mais poderoso como gás de efeito estufa. Em fevereiro de 2020 a Agência Nacional de Aeronáutica e Espaço – NASA (2020), noticiou que durante seus voos foram detectados milhões de pontos quentes de metano ártico e estudos recentes apontam que a área do Ártico está esquentando cerca de três vezes mais rápido do que o resto do planeta, acelerando o degelo do hemisfério.

Imagem 1 - Print de tela do sítio euronews.com



Fonte: (HUET, 2023).

Além disso, um artigo publicado por Miner e colaboradores (2021) na *Nature Climate Change*, enfatiza que à medida que os materiais armazenados no permafrost do Ártico entram novamente no meio ambiente, eles têm o potencial de interromper a função do ecossistema, reduzir as populações de vida selvagem única do hemisfério e colocar em risco a saúde humana.

Microbial species from diverse phyla are re-entering an ecosystem that is already stressed by change and contamination. Hazardous compounds transported through atmospheric deposition, infrastructure leaks, accidental release and the thawing cryosphere can cause human health problems and environmental damage when released. Amplified in the pristine conditions found across the Arctic, the convergence of climate change, re-emergence of Methuselah microorganisms and mobilization of anthropogenic chemicals may be converting the polar north into a radically different

system. Our ability to forecast these emergent risks is limited by challenges in quantifying where, when, how fast and how deep permafrost will thaw⁹ (MINER *et al.*, 2021).

Em meio a tudo isso e na contramão dos diálogos globais sobre combustíveis fósseis, governos dos países com territórios ou águas territoriais dentro do chamado Círculo Polar Ártico e, principalmente, grandes corporações do setor de energia, estão de olho nos potenciais 60 bilhões de barris de petróleo e na grande quantidade de gás natural do Ártico, ainda que isso represente agravar o já preocupante cenário de emergência climática.

A Noruega, um dos países do Ártico e maior produtor de petróleo e gás da Europa Ocidental, anunciou que pretende lançar no terceiro trimestre de 2023 uma nova rodada de licitação para exploração de petróleo no Mar de Barents. Em 2018 o governo da Noruega concedeu doze licenças de exploração de petróleo e gás para empresas como a global de energia Equinor, com sede naquele país e operações em mais de trinta outros, incluindo o Brasil. Além da Equinor, a gigante Shell, a também norueguesa Aker BP, a romena OMV Petrom (controlada pela OMV da Áustria) e a Spirit Energy – uma “joint venture” entre a britânica Centrica e a alemã Bayerngas - foram beneficiadas com as licenças de operação concedidas pelo governo norueguês, sendo nove delas para atividades localizadas no Mar de Barents.

Em entrevista para o sítio da Universidade Federal do Espírito Santo (2022), o professor e climatologista Carlos Nobre, um dos ganhadores do Nobel da Paz de 2007, declarou que estamos vivendo atualmente o maior desafio da nossa história.

Não há nada parecido nos dez ou onze mil últimos anos. [...] Nunca tivemos uma ameaça climática no nível da que temos agora. Precisamos evitar um colapso climático que pode afetar a vida de bilhões de pessoas e da biodiversidade do Planeta Terra. Temos que seguir as rigorosas metas do acordo de Paris: reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 50% até 2030 e zerá-las antes de 2050. Até 2022, as emissões continuaram aumentando. [...]. Temos sinalizações não muito ambiciosas dos países, que podem até mostrar a redução do nível de aumento das emissões, mas, se continuarmos nessa trajetória, é possível que até 2030 as emissões ainda estejam crescendo (NOBRE, 2022).

Um dos principais desafios que se apresenta para nosso tempo é avançarmos, inclusive no meio acadêmico, na compreensão da Terra como um sistema vivo e na superação do

⁹ Espécies microbianas de diversos filos estão reentrando em um ecossistema que já está estressado por mudanças e contaminação. Compostos perigosos transportados por meio de deposição atmosférica, vazamentos de infraestrutura, liberação acidental e descongelamento da criosfera podem causar problemas à saúde humana e danos ambientais quando liberados. Amplificado nas condições primitivas encontradas em todo o Ártico, a convergência da mudança climática, o ressurgimento de microrganismos Matusalém e a mobilização de produtos químicos antropogênicos podem estar convertendo o norte polar em um sistema radicalmente diferente. Nossa capacidade de prever esses riscos emergentes é limitada pelos desafios de quantificar onde, quando, com que rapidez e profundidade o permafrost derreterá.

antropocentrismo como definidor dos caminhos e dos modos de caminhar de nossa espécie no planeta. Se insistirmos na lógica que nos move na Era do Antropoceno, a vida na Terra estará cada vez mais ameaçada, como revelam os dados do relatório da organização sem fins lucrativos Berkeley Earth (2023), sediada na Califórnia (EUA). Os primeiros levantamentos sinalizam que em 2022 a temperatura média global foi de 1,24°C, o que significa que aquele foi o quinto ano mais quente na Terra desde 1850. O mesmo relatório aponta que os últimos oito anos foram os mais quentes de todo o período observado.

Diante desse cenário, precisamos eleger a solidariedade e o cuidado como valores essenciais, a partir da ressacralização da Terra e da vida, e tomá-los como bússolas a nos guiar na caminhada rumo à utopia de comunidades cuidadoras. Urge construirmos no dia a dia, em cada lugar e a todo instante, pela *práxis*, um projeto de poder que se paute no encontro, na partilha e na celebração da vida. Que compreenda, como nos alerta o rapper Emicida na canção Principia, que “enquanto a terra não for livre, eu também não sou”.

As questões trazidas neste ato, a exemplo daquelas apresentadas no primeiro, guardam relação estreita com a proposta de uma metodologia de planejamento territorial que, para além do compromisso com o diálogo e com a participação, tenha presente a necessidade de acolhimento de uma perspectiva epistemológica que reconheça e valorize os múltiplos saberes e fazeres dos atores e atrizes envolvidos no processo e, sobretudo, perceba a urgência da centralidade da vida, humana e não humana, e de uma pedagogia da interdependência e do cuidado, passagens largas para o reencontro com nossas ancestralidades e a reconexão com a grande teia da vida, a partir do fazer cotidiano de comunidades eticamente comprometidas com o cuidado. Quanto ao futuro, nos ensina Antonie Saint-Exupéry, em sua obra *Cidadela* (2016), “não se trata de prevê-lo, mas de torná-lo possível”.

TERCEIRO ATO

DIÁLOGOS NECESSÁRIOS E URGENTES



4 TERCEIRO ATO - DIÁLOGOS NECESSÁRIOS E URGENTES

4.1 Ancoragem conceitual

Um dos problemas enfrentados por comunidades rurais em todo o Cariri está relacionado à escassez de processos de planejamento estratégico que possibilitem a essas comunidades pensar seu presente e seu futuro a partir de uma perspectiva de sustentabilidade. Essa ausência ou carência de planejamento estratégico e sistêmico tem resultado em ações pontuais, desconectadas entre si e apartadas de uma visão mais integral e integrada da vida, de seus contextos e do território, com desperdício de energias e recursos da própria comunidade e de instituições e organizações externas que atuam em cada território local.

Além disso, a maioria das metodologias de planejamento territorial que conhecemos ainda estão presas ao velho paradigma, de forte viés antropocêntrico e centralidade na dimensão econômica, mesmo que algumas reconheçam a necessidade e a importância da participação e se pautem por uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, cujo conceito mais difundido mundialmente é aquele estabelecido em 1987, no Relatório da Comissão de Brundtland. O documento, também conhecido como Relatório Nosso Futuro Comum, ao referir-se ao binômio desenvolvimento sustentável, afirma tratar-se de um processo que “busca satisfazer as necessidades e aspirações do presente, sem comprometer a possibilidade de gerações futuras para atender as suas necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991).

Contudo, vários pensadores têm discutido esse conceito, no sentido de apontar sua insuficiência ou denunciar sua apropriação pela velha lógica capitalista de prevalência do lucro e de centralidade na economia. Para Carlos Jara, em documento preparado para o X Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial, realizado em 2015 na cidade de Salvador (BA), o conceito de “desenvolvimento sustentável” apresentado pelo Relatório “Nosso Futuro Comum”, expressa uma atrativa ideologia neoliberal que não logrou manter o equilíbrio entre a produção material e a conservação dos recursos naturais. “Bonito conceito, só que a lógica da distribuição se apoiou no crescimento, que esteve e está submetido à dinâmica dos mercados financeiros, fontes de desequilíbrios”, destaca Jara.

Já o teólogo, filósofo e escritor Leonardo Boff, em artigo publicado no seu blog em janeiro de 2012a, afirma que “a expressão desenvolvimento sustentável representa uma armadilha do sistema imperante: assume os termos da ecologia (sustentabilidade) para esvaziá-los. Assume o ideal da economia (crescimento) mascarando a pobreza que ele mesmo produz”.

O desenvolvimento realmente existente é linear, crescente, explora a natureza e privilegia a acumulação privada. É a economia política de viés capitalista. A categoria sustentabilidade, ao contrário, provém das ciências da vida e da ecologia, cuja lógica é circular e incluyente. Representa a tendência dos ecossistemas ao equilíbrio dinâmico, à interdependência e à cooperação de todos com todos (BOFF, 2012a).

São lógicas que se auto-negam: uma privilegia o indivíduo, a outra o coletivo, uma enfatiza a competição, a outra a cooperação, uma a evolução do mais apto, a outra a co-evolução de todos interconectados, enfatiza Boff (2012b), que é autor do livro *Sustentabilidade: o que é e o que não é*, lançado pela Editora Vozes.

Nesse contexto, quatro conceitos dialogam de forma mais direta com o desafio de superação do cenário apresentado anteriormente, inclusive no primeiro e no segundo ato, e com a proposta de planejamento territorial participativo encarnada pela metodológica Comunidades Cuidadoras. O primeiro deles é o conceito de comunitarismo que, de acordo com José Pérez Adán, no prefácio do livro *Comunitarismo: cultura de solidaridad* (2018), é a grande novidade intelectual do século XXI. Segundo Adán *et al.* (2018),

se trata de la alternativa ideológica al individualismo, y para la cultura que se comunica en español no es una novedad importada. [...] El moderno comunitarismo, con su encendida defensa del “rico mínimo básico para todos” como elemento indispensable de una política sin exclusiones, y con su lema de “responsabilidad de todos y para todos”, apunta a una necesaria revitalización de la democracia.¹⁰

Como nos lembra o sociólogo alemão Amitai Etzioni, é nas comunidades - e não no reino do Estado, nem no mercado - que o princípio ético de que as pessoas devem ser tratadas como fins e não como meios está presente de forma mais evidente. Etzione (2019) destaca que “as comunidades podem desempenhar um papel especialmente importante para garantir que todos sejam incluídos e tratados com todo o respeito que lhes é devido em razão de sua humanidade, tratados como um fim em si mesmo”. A potência da vida em comunidade e da solidariedade e cuidado que dela brotam, ficou escancarada durante os momentos mais difíceis enfrentados por comunidades periféricas de várias partes do Brasil em decorrência da síndrome de Covid-19 com a qual convivemos desde o início de 2020. Um exemplo é a campanha “Vamos precisar de todo mundo”, iniciativa da Frente Brasil Popular e da Frente Povo Sem Medo, que reúne organizações do campo e da cidade que arrecadaram alimentos para populações mais vulneráveis. Eliane Martins, do Movimento Trabalhadores por Direitos [MTD], em entrevista

¹⁰ Trata-se da alternativa ideológica ao individualismo, e para a cultura que se comunica em espanhol não é uma novidade importada. [...] O comunitarismo moderno, com sua defesa ardorosa do "mínimo de riqueza para todos" como elemento indispensável de uma política sem exclusões, e com seu lema de "responsabilidade de todos e para todos", aponta para uma necessária revitalização da democracia.

para o sítio Rede Brasil Atual (2020), afirma que será necessário fazer com que essa energia dos mais pobres seja uma prova de que os valores neoliberais caíram. “Faz 30 anos que escutamos sobre os valores liberais do individualismo, do empreendedorismo, de toda essa conversa de méritos. Uma crise como essa, avassaladora, em 15 dias derruba esse discurso”, destaca Eliane.

Nessa mesma direção, a campanha nacional *Periferia Viva*, criada como uma resposta popular à ausência de políticas efetivas do governo Bolsonaro em meio à sindemia, destaca que no período mais recente, ainda que não seja explicitada, a solidariedade aparece na forma de “vida boa para todos, bens comuns e igualdade/diversidade”. O dossiê *Um olhar sobre juventude e periferia em tempos de CoronaChoque* (INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL, 2020), publicado pelo Instituto Tricontinental, destaca que a solidariedade tem sido necessária especialmente para arrecadar e doar alimentos, álcool em gel e produtos básicos de higiene. “No entanto, vemos despontar dois tipos de solidariedade: a solidariedade S.A., [...], que envolve doações de grandes grupos empresariais e corporações, e a solidariedade popular”.

A solidariedade S.A. funciona como a caridade: vertical, a partir de uma relação entre quem tem e escolhe doar e quem não tem e só pode receber. Essa relação entende as pessoas que recebem as doações como meros receptáculos da benevolência de quem doa. É um modo de olhar e se relacionar com o outro muito parecido com o que Paulo Freire chama de educação bancária.

[...]

Por outro lado, temos a solidariedade popular, da periferia para a periferia. Essa solidariedade funciona a partir de uma relação orgânica, próxima ao que Paulo Freire denomina educação popular, e entende a solidariedade, ela mesma, como uma relação em que todos os envolvidos participam e todos têm algo a partilhar e receber, construindo organização popular capilarizada em torno de um projeto comum (INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL, 2020)

O termo “solidariedade S.A.” foi cunhado por Kelli Mafort, da direção nacional do Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), durante entrevista a Lu Sudré, publicada pelo *Brasil de Fato*, em 11 de maio de 2020. A iniciativa *Periferia Viva* reuniu o próprio MST, o Levante Popular da Juventude, o Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos, a Rede de Médicos e Médicas Populares, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e o Consulta Popular entorno de uma causa que tinha como foco o cuidado e o socorro emergencial às pessoas e grupos sociais mais afetados pelos efeitos diversos da sindemia de Covid-19. Voltando a Adán *et al.* (2018).

La comunidad no son “los otros”; la comunidad somos el “nosotros” al que nos referimos cuando decimos “nuestra cultura”, o cuando, más precisamente, hablamos de “nuestros hijos” y de “nuestro tiempo”. La comunidad es un sujeto incluyente con vida histórica y al que, por tanto, se puede añorar cuando se nota su ausencia.¹¹

Para além da dimensão trazida por Etzioni (2019), que ainda guarda uma mirada antropocêntrica, povos originários e comunidades tradicionais de várias partes do planeta têm cumprido, cada vez mais, papel central no cuidado com os territórios, com as culturas locais, com a mãe Terra e com os ecossistemas vitais à permanência da vida humana e não humana no planeta. Krenak (2020), em seu livro *A vida não é útil*, destaca que, protegidas pela memória de outras perspectivas de mundo, “ainda há ilhas no planeta que se lembram o que estão fazendo aqui”. Krenak acredita que elas são a cura para a febre do planeta e que “podem nos contagiar positivamente com uma percepção diferente da vida”, que inclui ouvir a voz de todos os outros seres que habitam o planeta junto com você, invés de fazer guerra contra a vida na Terra.

O segundo conceito com o qual esse trabalho dialoga à cerca baixa é o do Bem Viver, apresentado pelo economista equatoriano Acosta (2016) em sua obra *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Segundo Acosta (2016),

o bem viver questiona o conceito eurocêntrico de bem-estar. É uma proposta de luta que enfrenta a colonialidade do poder. Sem minimizar a contribuição indígena, temos de aceitar que as visões andinas e amazônicas não são a única fonte inspiradora do Bem Viver. Em diversos espaços no mundo – e inclusive em círculos da cultura ocidental – há muito tempo têm se levantado diversas vozes que poderiam estar de alguma maneira em sintonia com essa visão, como os ecologistas, as feministas, os cooperativistas, os marxistas e os humanistas.

Já a Gestão Social se apresenta como uma forte aliada no processo de pensar e tecer novos fazeres no território, que levem em conta o diálogo como ponto de partida e encontros, o reconhecimento e valorização da diversidade, a acolhida dos múltiplos saberes e uma ética cuidadosa e centrada na vida humana e não humana.

Associada inicialmente à ideia de gestão de políticas públicas da área social e depois à gestão de organizações do chamado terceiro setor ou organizações da sociedade civil, para usar uma denominação mais atual, somente mais recentemente, a partir das contribuições do mundo acadêmico, o conceito de Gestão Social ganhou novos contornos e expressões. Por se tratar de um conceito polissêmico, se faz necessário deixar claro para o leitor de qual conceito

¹¹ A comunidade não são "os outros"; a comunidade é o “nós” a que nos referimos quando dizemos “nossa cultura”, ou quando, mais precisamente, falamos de “nossos filhos” e “nosso tempo”. A comunidade é um sujeito inclusivo com vida histórica e que, portanto, se pode ansiar quando se nota sua ausência.

de Gestão Social estamos tratando no presente trabalho e com o qual a metodologia Comunidades Cuidadoras dialoga. Nosso encontro conceitual nesse campo tem por base o pensamento de Cançado, Tenório e Pereira (2011, p. 697), para quem:

Em síntese, a gestão social pode ser apresentada como a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência como pressuposto e na emancipação enquanto fim último.

Dois outros diálogos importantes ao pensarmos os territórios numa perspectiva comunitária e do bem comum, estão relacionados às motivações para a ação coletiva e à gestão dos bens comuns. Porque as pessoas se organizam tem sido pergunta recorrente entre pesquisadores e militantes de organizações e movimentos sociais em todo o mundo. Em um estudo sobre relacionamentos interorganizacionais, a professora e pesquisadora da Universidade de York, Christine Oliver (1990), aponta que as organizações estabelecem vínculos ou intercâmbios entre si, movidas por fatores como necessidade, assimetria, reciprocidade, eficiência, estabilidade/previsibilidade e legitimidade, destacando ainda que embora cada um desses fatores possa ser causa suficiente para o estabelecimento de uma relação interorganizacional, é comum que essa relação se dê a partir de múltiplas contingências.

Note-se que, na perspectiva trazida pela pesquisadora da Universidade canadense, a cooperação pode se dar tanto por razões voluntárias ou espontâneas, quanto forçadas e podem, inclusive, parecer contraditórias entre si. É o caso da assimetria e da reciprocidade.

Embora a análise apresentada por Oliver (1990) se dê a partir das relações entre organizações, é possível tomá-la como referência para a reflexão sobre as relações entre indivíduos com atuação em dado território, sempre tomando em conta a cultura e as especificidades de cada lugar e de cada grupo. Entretanto, compreender as razões pelas quais cada coletividade e cada indivíduo se organiza e em que contextos essa organização se realiza, é questão primordial em processos de planejamento territorial participativo e esse fator terá papel relevante tanto para o processo em si quanto para os resultados.

Em 2009, a economista estadunidense Elinor Ostrom compartilhou o Prêmio Nobel de Ciências Econômicas com Oliver E. Williamson, defendendo a gestão coletiva e comunitária dos bens comuns. A tese da primeira mulher a ganhar um Nobel na área da Economia, coloca em xeque a celebrada teoria de Garrett Hardin, denominada “a tragédia dos comuns”, publicada na revista *Science*, em 1968. A tese de Hardin (1968) logo foi abraçada pelos adeptos da economia neoliberal que passaram a usá-la na defesa da privatização de recursos naturais em vários países, inclusive no Brasil.

La cuestión de cómo administrar mejor los recursos naturales utilizados por muchos individuos no está más resuelta en la academia que en el mundo de la política. Algunos artículos eruditos sobre la “tragedia de los comunes” recomiendan que “el Estado” controle la mayoría de los recursos naturales para evitar su destrucción; otros sugieren que su privatización resolvería el problema. Sin embargo, lo que se observa en el mundo es que ni el Estado ni el mercado han logrado con éxito que los individuos mantengan un uso productivo, de largo plazo, de los sistemas de recursos naturales. Además, distintas comunidades de individuos han confiado en instituciones que no se parecen ni al Estado ni al mercado para regular algunos sistemas de recursos con grados razonables de éxito durante largos periodos.¹² (OSTROM, 2000, p. 25-26).

Como assinala Ostrom, a ideia de tragédia dos comuns vem desde muito antes, passando por Aristóteles em seu clássico *A Política*, pela teoria de Thomas Hobbes sobre o homem e o estado de natureza, apresentada em seu *Leviatã*, até alcançar o século XIX com o matemático e economista britânico William Forster Lloyd. O economista canadense Gordon (1954, p.134-135) publicou um artigo sobre sua teoria econômica de um recurso de propriedade comum, no qual advoga que “culturas primitivas estáveis parecem ter descoberto os perigos da posse de propriedade comum e desenvolvido medidas para proteger seus recursos”. Recorrendo a uma “explicação mais darwiniana”, Gordon acreditava que “apenas sobreviveram as culturas primitivas que conseguiram desenvolver tais instituições”. Ostrom (2000) enfatiza que o que faz a estes modelos tão interessantes e poderosos é que captam importantes aspectos de diversos problemas que ocorrem em distintos cenários em todo o mundo. Ao mesmo tempo,

lo que los hace tan peligrosos – cuando se les usa metafóricamente como fundamentos de una política – es que las restricciones que se asumen como inmutables para los fines del análisis se consideren como realmente fijas en ámbitos empíricos, a menos que autoridades externas los cambien. Los prisioneros en el famoso dilema non pueden cambiar las restricciones que les impone el fiscal, pues están en la cárcel. No todos los usuarios de recursos naturales son incapaces de cambiar sus restricciones; en tanto que los individuos sean vistos como prisioneros, las prescripciones políticas tomarán como referencia esta metáfora. Por ello prefiero abordar la cuestión de cómo incrementar las capacidades de los participantes para cambiar las reglas coercitivas del juego a fin de alcanzar resultados distintos a las despiadadas tragedias.¹³ (OSTROM, 2000, p. 32-33).

¹² A questão de como melhor administrar os recursos naturais usados por muitos indivíduos não é mais resolvida na academia do que no mundo da política. Alguns artigos acadêmicos sobre a “tragédia dos comuns” recomendam que “o Estado” controle a maioria dos recursos naturais para evitar sua destruição; outros sugerem que sua privatização resolveria o problema. No entanto, o que se observa no mundo é que nem o Estado nem o mercado conseguiram garantir que os indivíduos mantenham um uso produtivo de longo prazo dos sistemas de recursos naturais. Além disso, diferentes comunidades de indivíduos contaram com instituições que não se assemelham nem ao Estado nem ao mercado para regular alguns sistemas de recursos com graus razoáveis de sucesso durante longos períodos.

¹³ O que os torna tão perigosos – quando usados metaforicamente como fundamentos de políticas – é que as restrições que são consideradas imutáveis para fins de análise são consideradas verdadeiramente fixadas em domínios empíricos, a menos que sejam alteradas por autoridades externas. Os presos do famoso dilema não podem

Especialmente para as comunidades Oitis e Catolé, onde a metodologia Comunidades Cuidadoras foi vivenciada durante a pesquisa que deu origem a este trabalho, a gestão dos bens comuns é um tema bastante caro, posto que a há na divisa entre as duas comunidades uma área de uso comum, denomina de Pinga, que foi deixada pelo patriarca fundador destas, como bem indivisível e a ser preservado pelas gerações seguintes. Os moradores das duas comunidades concebem o Pinga como uma área de proteção ambiental, ainda que sem o reconhecimento oficial do Estado. Não por acaso, um dos projetos prioritários do Plano de Ação Comunitário, Territorial e Organizacional parido durante a vivência, refere-se à revitalização e proteção do Pinga como bem comum.

Em novembro de 2020, em artigo publicado no jornal espanhol *El Salto*, Gabriela Vázquez, ativista da organização *Ecologistas en Acción*, escreveu que

Elinor Ostrom ganó un Nobel de Economía por describir que, al contrario de lo que algunos estaban gritando a los cuatro vientos, la gente es capaz de organizarse y administrar de forma responsable los recursos de los que dependen. Redescubrir esta verdad y comenzar a actuar en consecuencia debería ser una de las claves que tengamos en cuenta a la hora de enfrentarnos a los desafíos ecosociales que tenemos por delante.¹⁴ (VÁZQUEZ, 2020).

Por fim, e funcionando como uma espécie de linha de costura a unir todas as reflexões e ações do pensar-agir rumo à utopia de uma Comunidade Cuidadora, a perspectiva de cuidado com o qual escolhemos dialogar, bebe do pensamento do teólogo e filósofo Boff (2017) que, em seu livro *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*, nos apresenta o cuidado como modo-de-ser essencial. Na referida obra, Boff aponta dez concretizações do cuidado, indo desde o cuidado com o nosso planeta; passando pelo cuidado com o outro (*animus* e *anima*); o cuidado com os pobres, oprimidos e excluídos; o cuidado como a nossa alma, os anjos e os demônios interiores; até chegar ao cuidado com a grande travessia, a morte. O teólogo franciscano afirma que não há um sujeito histórico único e que muitos são os sujeitos das mudanças em marcha em todo o mundo. Para ele, as respostas que vêm sendo formuladas por

mudar as restrições que o Ministério Público lhes impõe, pois estão presos. Nem todos os usuários de recursos naturais são incapazes de mudar suas restrições; enquanto os indivíduos forem vistos como prisioneiros, as prescrições políticas tomarão essa metáfora como referência. Por isso prefiro abordar a questão de como aumentar as capacidades dos participantes para mudar as regras coercitivas do jogo de forma a alcançar resultados que não sejam tragédias impiedosas.

¹⁴ Elinor Ostrom ganhou o Prêmio Nobel de Economia por descrever que, ao contrário do que alguns gritavam aos quatro ventos, as pessoas são capazes de se organizar e administrar com responsabilidade os recursos dos quais dependem. Redescobrir esta verdade e começar a agir em conformidade deve ser uma das chaves que temos em conta perante os desafios ecossociais que temos pela frente.

peessoas que ensaiam práticas significativas em várias partes do planeta “se orientam por um novo sentido de viver e de atuar. [...] Por uma nova percepção da realidade e por uma nova experiência de Ser” e emergem de um caminho coletivo que se faz caminhando.

Assim, o Comunidades Cuidadoras contribuirá, de forma direta, para o empoderamento das comunidades participantes do processo na busca de soluções para os diversos problemas por elas enfrentados e para o melhor aproveitamento de suas potencialidades, a partir de uma perspectiva de desenvolvimento de médio e longo prazos, comprometida com a sustentabilidade do Território. Ao mesmo tempo, serão tecidas redes de parceria institucional, envolvendo instituições públicas e organizações da sociedade civil, que possibilitarão a execução de atividades indicadas no Plano de Ação a ser elaborado, sem negar o protagonismo das organizações formais e informais da própria comunidade local, princípio que, aliás, guiará todo o processo metodológico de elaboração do PACTO.

Mais que isso: a metodologia aqui proposta representa um convite à reflexão sobre o estar, o pensar e o agir no mundo, a partir do reencontro com um o espírito de comunidade que tem animado, ao longo dos tempos e até hoje, a resistência e a existência dos mais pobres no Brasil e em outros países; do diálogo com o Bem Viver que tem guiado a jornada dos povos originários em várias cantos das Américas; do referencial teórico da Gestão Social que se pauta, dentre outros aspectos, pelo diálogo e pelo decidir coletivo; e pelo cuidado como elemento essencial à vida no planeta e à permanência de nossa espécie na grande casa comum.

QUARTO ATO

O CHÃO DESTE TRABALHO



5 QUARTO ATO - O CHÃO DESTE TRABALHO

A pesquisa-ação foi desenvolvida junto às comunidades Oitis e Catolé, na zona rural do município de Milagres, no Cariri cearense e, embora se trate de duas comunidades, estas estão posicionadas geograficamente em espaço contíguo, com fortes laços de identidade, interesses e necessidades, caracterizando-se como Território único, o que possibilitou a elaboração de um único Plano de Ação.

5.1 Sobre o município

Localizado no Cariri cearense, a 399 km da capital Fortaleza, Milagres conta com uma população estimada para 2021 de 27.413 habitantes, distribuídos em 579,1 km². O município é um dos poucos do sul do Ceará a apresentar taxa geométrica de crescimento anual negativa. Em 2010, ano do último censo demográfico do IBGE com dados finais já divulgados, a população de Milagres era de 28.316 habitantes, resultando em uma densidade demográfica de 46,69 hab./km², posto que naquele ano o território do município contava com uma extensão de 546,64 km² (IBGE, 2021).

De acordo com informações do IBGE (2020), disponíveis no portal Cidades, o salário médio mensal da população do município era de dois salários-mínimos, enquanto a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 8,5%, o que coloca Milagres na posição 81 no contexto dos 184 municípios do estado. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, Milagres tinha, naquele mesmo ano, 52,7% da população nessas condições, o que o colocava na posição 110 de 184 dentre as cidades cearenses.

Em 2019 o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública em Milagres foi de 5.3. Esse indicador colocava o município em 169º lugar no *ranking* estadual. Quando analisamos o IDEB dos anos finais do ensino fundamental da mesma rede e no mesmo ano, verificamos uma pequena redução, ficando o município com o indicador de 5.0, deixando-o na 110ª posição no cenário estadual. Em 2021 Milagres contava com 3.698 matrículas no ensino fundamental e 1.083 matrículas no ensino médio (IDEB, 2021).

Na saúde, Milagres ocupa um dos piores lugares em relação à taxa de mortalidade infantil (TMI), que ocupa a 17ª posição no cenário estadual, com uma taxa de 23,05 óbitos por mil nascidos vivos. Milagres apresenta 12,2% de seus domicílios com esgotamento sanitário

adequado, 85,5% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 11,1% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 117 de 184, 119 de 184 e 27 de 184, respectivamente.

5.2 Sobre o Território pesquisado

Localizadas a cerca de 13 km da sede do município de Milagres, Oitis e Catolé somam 88 famílias, sendo 60 em Oitis e 28 no Catolé, totalizando, aproximadamente, 288 pessoas. Trata-se de comunidades com uma rica história que remonta aos idos de 1877, quando chegou pela região o seu fundador, João Ferreira de Maria.

As duas comunidades estão representadas por duas organizações locais, a Associação Comunitária de Oitis e a Associação Agrícola de Catolé, que já desenvolvem algumas ações em conjunto, a exemplo da Feira de Economia Solidária e dos festejos locais.

Embora com um número expressivo de crianças e adolescentes entre sua população, Oitis e Catolé não possuem unidade escolar, o que obriga os estudantes a se deslocarem para a vizinha Taboquinha, distante cerca de 6 km das duas comunidades. A ausência de oferta de serviços de educação formal nas próprias comunidades, acaba deixando várias crianças sem acesso à escola, especialmente as de menor idade, mesmo com a oferta de transporte escolar.

Quanto à saúde, o atendimento da equipe da Estratégia Saúde da Família (ESF) é feito uma vez por mês, de forma precária, em um espaço físico improvisado no prédio da antiga escola. Quando o serviço é interrompido ou no intervalo entre uma visita e outra da equipe da ESF, a população precisa se deslocar para a comunidade Vila Fronteiro, localizada também a 6 km das duas comunidades.

Além disso, dada à escassez de oportunidades de trabalho e renda nas comunidades e no próprio município, é comum os jovens de Oitis e Catolé deixarem seu lugar em busca de emprego em São Paulo e Fortaleza (capitais mais procuradas) ou de trabalho sazonal na colheita de laranja e tomate em Minas Gerais.

Contudo, é importante ressaltar o potencial local para o desenvolvimento de ações sustentáveis de geração de trabalho e renda, a exemplo do turismo rural de base comunitária, representado sobretudo pelo Pinga, um espaço natural que corta as duas comunidades e que foi deixado pelos antepassados como patrimônio comum. Através de uma iniciativa anterior da Associação Cristã de Base - ACB, organização da sociedade civil sediada na cidade do Crato, as duas comunidades conheceram a tecnologia social PAIS (Produção Agroecológica Integrada


e Sustentável), contando atualmente com algumas unidades implantadas que podem ser potencializadas e inspirar a implantação de novos projetos semelhantes.

Some-se a isso a experiência embrionária de Economia Solidária, através de um “clube de trocas” que possui, inclusive, uma moeda própria batizada de CAITIS. A experiência nasceu também do trabalho da ACB, por meio do projeto Jovens Familiares Produzindo no Cariri, desenvolvido entre os anos de 2014 e 2016, com aporte de recursos da Petrobras.

Ademais, uma das principais características dos descendentes de João Ferreira é o talento para as artes, nas suas mais diversas linguagens. Por lá pulsam a poesia, a música, o artesanato, a culinária e várias outras formas de expressão, que vão sendo passadas de geração para geração. Some-se a isso, o forte vínculo das filhas e dos filhos de Oitis e Catolé com a história, a memória e as identidades do lugar, sem que isso represente a negação de novas formas de expressão artística e do encontro com outras culturas.

Aquele é um território preñado de criatividade, onde a cultura e a arte se espalham como fontes permanentes de identidade, memória, geração de renda e celebração da vida. Um lugar onde se mira o porvir, a partir do encontro sempre renovado com suas histórias e lutas passadas e presentes, na certeza de que é no legado de antepassados como o Mestre Ferreira – que empresta seu nome e sua história para um dos projetos prioritários do PACTO de Oitis e Catolé - que reside a força para construir dias melhores para os de hoje e para os que ainda virão.

Por lá, cada terreiro, cada roça, cada cozinha, cada sala com seus altares, cada encontro de comunhão e partilha, cada roda de conversa é um palco para que a arte se faça presente e renove o compromisso individual e coletivo com o território como lugar de identidades, memórias, signos e sonhos.



PERCURSO METODOLÓGICO

QUINTO ATO

O PERCURSO PROPOSTO



6 QUINTO ATO – PERCURSO PROPOSTO

Este quinto ato apresenta o percurso proposto para a vivência da metodologia Comunidades Cuidadoras junto às comunidades Oitis e Catolé, durante a pesquisa desenvolvida por mim para o mestrado em Desenvolvimento e Gestão Social da Escola de Administração (EA) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Nele apresento, ainda que de forma muito breve, o referencial metodológico da pesquisa, para em seguida tratar da conceituação de Tecnologia de Gestão Social (TGS) e como a metodologia Comunidades Cuidadoras dialoga com esse conceito. Por fim, será possível conhecer o desenho a metodologia Comunidades Cuidadoras, gestada ao longo dos últimos anos na Escola de Políticas Públicas e Cidadania Ativa, uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, com sede na cidade do Crato, no Cariri cearense. Na última parte deste Ato, é apresentado o percurso proposto inicialmente para o desenvolvimento da pesquisa.

6.1 Sobre a metodologia de pesquisa

O trabalho foi desenvolvido tendo como referências metodológicas a pesquisa-ação e a pesquisa etnográfica, num encontro possível entre esses dois caminhos sem, contudo, deixar de acolher eventuais ajustes, adequações e aprimoramentos metodológicos que, preservando as bases de ambas, melhor respondiam às necessidades do trabalho e da dinâmica do território. Tratou-se, portanto, de pesquisa qualitativa, com o caráter participante sendo condição essencial para que o objetivo da pesquisa fosse alcançado e a Tecnologia de Gestão Social pretendida fosse confirmada.

6.2 Falando de Tecnologias de Gestão Social

Tal qual o conceito de Gestão Social, a definição de Tecnologia de Gestão Social (TGS) apresenta caráter polissêmico e sua definição, para efeitos do presente trabalho, pede uma aproximação com o conceito de Gestão Social com o qual escolhemos dialogar e que já foi apresentado no terceiro ato deste trabalho.

Assim, tomando por base o recorte apresentado no parágrafo anterior, por Tecnologia de Gestão Social entendo toda qualquer tecnologia que apoia ou fundamenta processos de tomada de decisão coletiva e sem coerção, prima por uma linguagem de fácil compreensão por parte de todas as pessoas envolvidas, estimula o diálogo permanente, reconhece a dimensão

pedagógica da escuta e da partilha, contribui para o fortalecimento da transparência como pressuposto da caminhada e, a partir da junção do todo ou de partes desses elementos, serve de ponte para a emancipação dos sujeitos envolvidos no percurso.

Assim, do trabalho de pesquisa desenvolvido com as comunidades Oitis e Catolé resultou a sistematização de uma TGS, representada pela metodologia Comunidades Cuidadoras, apresentada logo abaixo, que inclui a elaboração de Plano de Ação Comunitário, Territorial e Organizacional. O PACTO de Oitis e Catolé para o biênio 2023-2024 encontra-se anexado ao presente trabalho.

Ademais, é importante considerar que a própria sistematização da vivência junto às duas comunidades e sua apresentação no formato de livro, se não podem ser definidas como tecnologias de gestão social, certamente poderão ser reconhecidas como produtos vinculados à TGS metodologia Comunidades Cuidadoras e importantes instrumentos de memória e de estudo e pesquisa.

6.3 Sobre a metodologia Comunidades Cuidadoras

De forma muito resumida, trata-se da elaboração, com ampla participação das diversas forças vivas da comunidade local, de um Plano de Ação Comunitário, Territorial e Organizacional [PACTO] a partir de três perguntas geradoras: [1] O que podemos fazer por nós mesmos? [2] O que é preciso que o Estado (poder público) faça e como, enquanto comunidade, nos movemos nessa direção? [3] Quais as causas que nos aglutinam?

A primeira pergunta resulta do ensinamento deixado por Padre Ibiapina, o religioso sobralense que por quase uma década e meia, a partir de 1866, percorreu os sertões do Nordeste, organizando missões, construindo capelas, igrejas, açudes, cacimbas, poços, cemitérios, hospitais e até fundando mais de vinte Casas de Caridade. Essa pergunta, que nos acompanha ainda hoje, pautava os encontros de Ibiapina com as comunidades por onde passava e as animava à ação coletiva.

A potência mobilizadora dessa pergunta seguiu animando, ainda que indiretamente, experiências comunitárias pelo Nordeste brasileiro, especialmente aquelas lideradas por beatos como José Lourenço, principal referência da histórica Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, uma experiência de organização comunitária iniciada na cidade do Crato, no Cariri cearense, por volta de 1926, assim descrita por Domingos Sávio Cordeiro, em seu livro *Um beato líder: narrativas memoráveis do Caldeirão*:

O Caldeirão foi uma comunidade camponesa, que existiu durante 10 anos, onde habitaram aproximadamente 1.700 pessoas. No início, era um pequeno grupo sob a liderança do beato, em torno da devoção à Santa Cruz. Possuía um sistema de produção e distribuição de bens básicos (víveres, instrumentos, oportunidades de trabalho, moradia e “alimento para o espírito”) com características de autogestão: “tudo era de todos”, e, pressupõe-se, de acordo com entrevistas realizadas com remanescentes, que não havia distinção entre dirigentes e executantes do processo de produção (CORDEIRO, 2013, p. 43).

A segunda pergunta dialoga à cerca baixa com o conceito de cidadania ativa, compreendida a partir de quatro dimensões: a cidadania vivida, a cidadania garantida, a cidadania percebida e a cidadania em ação. Além disso, ela permite refletir sobre o papel do Estado na efetivação de direitos, coloco no centro dos diálogos os limites e possibilidades da atuação dos múltiplos atores envolvidos nos processos de definição e execução de políticas públicas e estimula a atuação política da comunidade na apresentação de demandas, na cobrança pela execução das mesmas e no monitoramento dos resultados.

Por fim, a terceira pergunta nos convida a “olhar o lado cheio do copo”, a valorizar o que nos une, aproxima e aglutina, em contraponto à cultura sobrejacente de valorização excessiva das diferenças. Aqui a aposta maior está na capacidade transformadora da solidariedade a partir daquilo que nos fortalece na comum unidade (comunidade).

Na concepção do PACTO, o caráter comunitário visa assegurar a construção coletiva e a participação do maior número e da maior diversidade possível de atores locais, consideradas tanto as pessoas quanto as instituições/organizações. Já a dimensão territorial parte da ideia de território como lugar de identidades, signos, memórias, convergências e divergências; mas também considera o território como espaço físico e unidade de planejamento, aproximando as duas matrizes de pensamento sobre o tema, historicamente colocadas como opostas. Por fim, a dimensão organizacional tem como objetivo o fortalecimento das organizações locais (formais e informais), de modo a assegurar as condições objetivas para que, após o encerramento da pesquisa, essas organizações estejam aptas a sustentar a continuação do processo e seus desdobramentos.

Além disso, na construção do PACTO é tomada por referência a utopia da construção de uma comunidade cuidadora. A utopia aqui é entendida como o horizonte que nos anima a caminhar. Assim, todas as ações propostas no Plano deverão estar comprometidas com o cuidado: com a mãe Terra, com os idosos, com as crianças, com a juventude, com a memória e a identidade locais etc.

| | |
|--|---|
| Pesquisa bibliográfica e “primeiras leituras” | ■ |
| Elaboração do plano de trabalho/cronograma de atividades (proposta preliminar) | ■ |
| Realização de reuniões com lideranças locais para apresentação da metodologia Comunidades Cuidadoras e do plano de trabalho, incluindo a identificação e eventuais ajustes no cronograma | ■ |
| Encontro 1: Mapa de autorreconhecimento | ■ |
| Encontro 2: Construção do PACTO | ■ |
| Encontro 3: Construção do PACTO | ■ |
| Encontro 4: Discussão e aprovação do doc. final do PACTO | ■ |
| Encontro 5: Seminário de apresentação do Plano a representantes de organizações e instituições externas | ■ |
| Encontro 6: Oficina elaboração de planos operativos | ■ |
| Encontro 7: Seminário de devolutiva dos planos operativos | ■ |
| Encontro 8: Seminário de avaliação da vivência | ■ |
| Agenda transversal pactuada pela comunidade | ■ |
| Sistematização da experiência e escrita da dissertação | ■ |
| Defesa da dissertação | ■ |

O diálogo com lideranças locais de Oitis e Catolé, que antecedeu ao ciclo de eventos apresentado a seguir, foi bastante facilitado pelo fato de já existir uma relação anterior, por conta de trabalhos já realizados por mim junto às duas comunidades. A depender o contexto, essa etapa poderá demandar mais de um encontro, além de um processo mais lento de articulação dos atores locais. A seguir é apresentada uma síntese de cada um dos oito eventos pensados na proposta metodológica inicial:

a) *Encontro 1: Mapa de Autorreconhecimento*

- Tempo estimado: 8 (oito) horas

- Objetivo proposto: Construção do mapa de autorreconhecimento, a partir de 3 perguntas geradoras [1 por grupo]: Quem somos [histórias e perfil]? O que temos [conquistas materiais, signos e potências]? O que ainda não temos [carências/ausências]?

b) *Encontros 2 e 3: Construção do PACTO*

- Tempo estimado: 8 (oito) horas cada

- Objetivos propostos: A partir do mapa de autorreconhecimento, refletir sobre as seguintes perguntas geradoras: [i] Quais as causas que nos aglutinam? [ii] O que podemos fazer por nós mesmos? [iii] O que é necessário que o Estado faça e como nos movemos nessa direção? Outro objeto, à luz dos diálogos anteriores, é definir

a matriz de objetivos, estratégias e metas do Plano de Ação Comunitário, Territorial e Organizacional. Por fim, o terceiro e último objetivo dessa etapa é definir as estratégias de gestão, monitoramento e avaliação do PACTO.

c) *Encontro 4: Aprovação do documento final do PACTO*

- Tempo estimado: 4 (quatro) horas

- Objetivos propostos: Discutir e aprovar o documento final do PACTO, sistematizado a partir dos encontros anteriores, e planejar o Seminário de apresentação do Plano a representantes de organizações e instituições externas.

d) *Encontro 5: Seminário de apresentação do PACTO*

- Tempo estimado: Até 4 (quatro) horas

- Objetivo proposto: Apresentar o Plano de Ação elaborado nas etapas anteriores do percurso para representantes de instituições públicas e organizações da sociedade civil com atuação ou potencial atuação no Território. A proposta é que a organização do evento e a apresentação do PACTO seja feita pela própria comunidade, a partir do planejamento realizado no Encontro 4.

e) *Encontro 6: Oficina de elaboração de Plano Operativos*

- Tempo estimado: 8 (oito) horas

- Objetivo proposto: Elaborar os planos operativos (projetos executivos) das ações prioritizadas a partir das propostas constantes no PACTO.

f) *Encontro 7: Seminário de devolutiva dos planos operativos*

- Tempo estimado: 4 (quatro) horas

- Objetivo proposto: Apresentar à comunidade os planos operativos (projetos executivos) elaborados/sistematizados a partir das contribuições do encontro 6 e acolher eventuais contribuições de aprimoramento ou revisão. A agenda do Seminário resultará de planejamento interno com/entre representantes da própria comunidade.

g) *Encontro 8: Seminário de avaliação da vivência*

- Tempo estimado: 4 (quatro) horas

- Objetivos propostos: Avaliar, coletivamente, todo o percurso, desde os encontros preparatórios até a apresentação dos planos operativos, considerando-se também os aspectos subjetivos que permearem a caminhada. Assim como no caso anterior, a agenda desse evento resultará de planejamento interno com/entre representantes da própria comunidade.

A proposta metodológica original previa ainda a criação, já no primeiro encontro, de dois grupos de trabalho permanentes, devendo um ficar responsável pela memória de cada evento e outro cuidar da acolhida, animação e mística dos encontros. Uma prática interessante é a retomada da memória do encontro anterior, no início de cada novo encontro, a cargo do grupo de trabalho responsável pela memória dos eventos.

A estratégia de planejamento e condução dos eventos com/entre representantes da própria comunidade, se insere na perspectiva de fortalecimento das organizações/atores/atrizes locais que permeará todo o processo e se constitui objetivo da metodologia Comunidades Cuidadoras.

Propõe-se ainda que os diálogos durante os encontros sejam intercalados, sempre que possível e oportuno, pela partilha de experiências de outras comunidades ou informações completares ao tema, seja através da participação de pessoas convidadas, seja através do uso de material audiovisual. Aqui a intenção é animar os participantes a acolherem novas ideias e aprenderem com a caminhada de outras comunidades e/ou organizações.

Nessa mesma direção, será muito importante o uso de técnicas de dinâmicas de grupo e outros recursos ludo-pedagógicos que contribuam para tornar o processo mais dinâmico e integrativo. Outra recomendação é a realização de uma avaliação coletiva ao final de cada encontro, visando acolher sugestões de aprimoramento da metodologia, eventuais correções de rumos no percurso e ajustes na logística e outros aspectos operacionais.

O próximo Ato apresenta como se deu, efetivamente, a vivência junto às comunidades Oitos e Catolé, que elementos da proposta original foram mantidos e que atividades foram agregadas, além de descrever e analisar os ajustes metodológicos que se fizeram necessários com a própria dinâmica do processo.

SEXTO ATO
O PERCURSO VIVIDO
[EXPERIENCIADO]



7 SEXTO ATO – O PERCURSO VIVIDO [EXPERIENCIADO]

Era o primeiro sábado de maio de 2022 quando uma reunião na sede da Associação Agrícola de Catolé, na zona rural do município de Milagres, no Cariri cearense, inaugurava uma jornada que seria retomada dias depois e que se entenderia até o início de janeiro de 2023. Nascia assim, naquele encontro com representantes das comunidades Oitis e Catolé, o trabalho de experiencição da metodologia Comunidades Cuidadoras junto às duas comunidades, como parte da nossa pesquisa do mestrado em Desenvolvimento e Gestão Social da EAUFBA.

Aquele momento inaugural teve por objetivos a apresentação da ideia inicial de pesquisa, incluindo a metodologia de trabalho e seus objetivos, além de uma proposta inicial de cronograma de trabalho/calendário, apresentado no Ato (capítulo) anterior. Acolhida a ideia por parte dos representantes das duas comunidades e pactuados os primeiros ajustes no calendário proposto inicialmente, o primeiro encontro viria a se realizar em meados de julho daquele mesmo ano.

Cabe destacar que esse calendário voltaria a ser repactuado algumas vezes, ao longo do processo, sempre que a dinâmica do dia a dia se impunha frente ao planejado anteriormente. Esses ajustes de calendário se fizeram necessários, em alguns momentos por conta de outros eventos das próprias comunidades, em outros por conta da agenda de trabalho do pesquisador. No quadro abaixo é possível visualizar o calendário de atividades, como efetivamente foi realizado.

Quadro 2 - Calendário de atividades

| ATIVIDADE | 2022 | | | | | | 2023 |
|---|------|---------|-----|---------|-----|-------|------|
| | JUL | AGO | SET | OUT | NOV | DEZ | JAN |
| Encontro 1: Mapa de Autorreconhecimento | 17 | - | - | - | - | - | - |
| Encontro 2: Construção do PACTO | - | 27 e 28 | - | - | - | - | - |
| Encontro 3: Construção do PACTO | - | - | - | 22 e 23 | - | - | - |
| Seminário interno para apresentação do PACTO | - | - | - | - | 4 | - | - |
| Seminário de apresentação do PACTO para instituições e organizações | - | - | - | - | 17 | - | - |
| Oficina de elaboração dos planos operativos/projetos executivos | - | - | - | - | - | 3 e 4 | - |
| Seminário interno para apresentação dos planos operativos e avaliação do percurso | - | - | - | - | - | - | 7 |

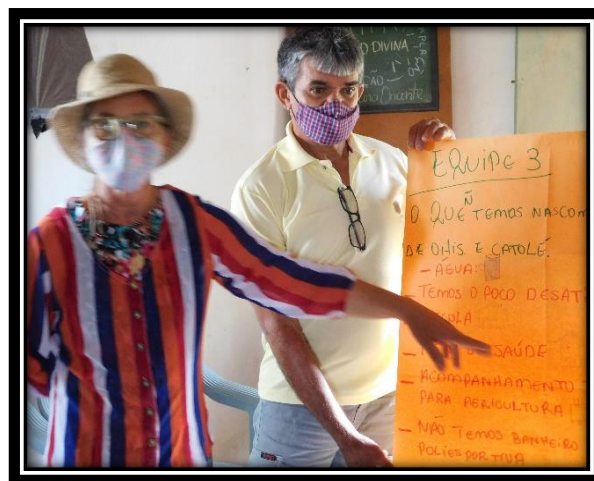
Para construção do mapa de autorreconhecimento partiu-se de três perguntas geradoras: Quem somos (histórias e perfil)? O que temos (conquistas materiais, signos e potências)? O que ainda não temos (carências/ausências)? O exercício consistiu na formação de três grupos, cabendo a cada um a reflexão sobre uma das perguntas geradoras e a construção de mapas em papel madeira, a partir de colagens, desenhos, textos e qualquer outra forma de representação gráfica escolhida pelo grupo.

Imagem 2 - Atividade de grupo [encontro 1]



Fonte: Arquivo pessoal.

Imagem 3 - Apresentação de grupos [encontro 1]



Fonte: Arquivo pessoal.

Imaginava-se que esse exercício de construção do mapa de autorreconhecimento traria elementos para identificação dos eixos temáticos que embasariam o exercício de planejamento da etapa seguinte, especialmente em relação à matriz de objetivos, estratégias e metas do PACTO, o que acabou por não se confirmar. No próximo capítulo trazemos uma breve avaliação da metodologia proposta e apresentamos algumas notas sobre questões metodológicas que julgamos importante reavaliar.

Durante os dois encontros dedicados, especificamente, à construção do Plano de Ação Comunitária, Territorial e Organizacional, buscou-se identificar questões que aproximam (geram convergência) e separam/distanciam (geram divergências) entre as pessoas da comunidade, na perspectiva de mapear as “causas que nos aglutinam”, numa relação direta com a primeira pergunta geradora que orienta a elaboração do PACTO. Chamou nossa atenção o fato de que, entre as questões que geram convergência, surgiu com muita força os momentos de dificuldades, por serem também aqueles em que mais se evidenciou o poder transformador da solidariedade. Essa questão apareceu ao lado da fé/religiosidade e seus eventos, das manifestações culturais e dos mutirões de trabalho.

Imagem 4 - Oficina de elaboração do PACTO [encontro 2]



Fonte: Arquivo pessoal.

Imagem 5 - Oficina de elaboração do PACTO [encontro 3]



Fonte: Arquivo pessoal.

Após a reflexão coletiva sobre as questões surgidas no exercício anterior, foi realizado um trabalho em grupo a partir de outras duas perguntas geradoras: O que podemos fazer por nós mesmos? O que é necessário que o Estado faça e como nos movemos nessa direção? Nesse ponto, o objetivo foi identificar elementos que contribuíssem para a identificação de potências e carências/ausências que servissem de base para a elaboração da matriz de plano de ação elaborada durante o segundo encontro da etapa de elaboração do PACTO e o terceiro de todo o ciclo.

Para construção da matriz de plano de ação foram definidos os seguintes eixos temáticos, a partir de seis grandes áreas do desenvolvimento territorial e comunitário. Os eixos são: Economia, Trabalho e Renda; Infraestrutura e Serviços Públicos; Políticas Sociais (educação, saúde, assistência social e direitos humanos); Meio Ambiente e Recursos Hídricos; Cultura e Lazer; e Fortalecimento das Organizações Locais. Para cada eixo, a partir da matriz abaixo, os participantes do percurso foram convidados a pensar, em grupos, as seguintes questões:

- a) O que fazer – referia-se às ações que precisarem ser desenvolvidas visando superar as carências e/ou potencializar as fortalezas identificadas na etapa anterior, agora associando-as a um grande tema, aqui chamado de eixo temático.
- b) Como fazer – Aqui, mais do que pensar uma metodologia para execução de uma dada ação, o objetivo foi pensar princípios e diretrizes que deveriam ser tomados em conta na fase de planejamento operacional e/ou de gestão daquela ação. Por exemplo: ao propor a criação de um Programa de Educação Popular sobre Políticas Públicas, os participantes do grupo – e depois o conjunto dos participantes do processo, que referendou/confirmou a proposta - sinalizaram

que se tratava da realização de uma série de atividades educativas e formativas (cursos, oficinas, rodas de conversa etc.) sobre políticas públicas e que estas deveriam se pautar pelos princípios e referenciais metodológicos da educação popular. Em alguns casos, o “como fazer”, assumiu um caráter mais de orientação de encaminhamento ou recomendação de alguma estratégia específica.

- c) Quem faz – Aqui o foco esteve na definição dos responsáveis pela execução de cada ação, cabendo destacar que a opção foi, sempre que possível, pela responsabilização coletiva, seja através dos núcleos dirigentes das duas organizações comunitárias locais, seja através de um coletivo como grupo de trabalho ou comissão. Esse caminho resultou de uma reflexão coletiva e do entendimento consensuado de que a responsabilização coletiva reduz os riscos da personificação, partilha responsabilidades e fortalece as organizações locais. Ressalte-se o “quem faz” se refere sempre a agentes internos, ou seja, das próprias comunidades.
- d) Com quem contar – Nesse ponto se buscou identificar potenciais parceiros (agentes externos) para cada iniciativa proposta. Levou-se em conta na indicação desses potenciais parceiros a responsabilidade/vínculo institucional com a proposta, a vinculação com o Território e as possibilidades efetivas e de acesso e diálogo.
- e) Quando ou até quando – Refere-se ao período ou prazo para execução da ação proposta, considerando seu grau de complexidade, o volume de recursos demandados (inclusive recursos financeiros) e a capacidade de gestão/execução das organizações locais.

Especialmente nessa fase do processo, foi fundamental o uso de recursos audiovisuais, a exemplo de documentários sobre experiências de outras comunidades, em territórios com características semelhantes, como forma de animar os participantes a pensar de forma um pouco mais ousada e com uma visão de mundo mais alargada.

Além disso, a construção da matriz de plano de ação demandou do pesquisador um esforço didático-metodológico concentrado, visando tornar plenamente compreensível a todos os envolvidos os objetivos da etapa e sua dinâmica de funcionamento. O quadro a seguir apresenta a matriz de plano de ação que serviu de base para o trabalho dos grupos.

Quadro 3 - Matriz de plano de ação

| EIXO 1: Economia, Trabalho e Renda | | | | |
|---|---|-------------------------------|---|--|
| O QUE FAZER [ação] | COMO FAZER [princ. e diretr.] | QUEM FAZ [respons.] | COM QUEM CONTAR [potenc. parc.] | QUANDO OU ATÉ QUANDO [data ou prazo] |

A partir dos dois encontros que definiram as bases do PACTO, coube ao pesquisador a sistematização das memórias daí resultantes, visando apresentar às duas comunidades a primeira versão do Plano de Ação, que seria analisada, criticada, aprimorada e aprovada coletivamente no encontro seguinte.

Imagem 6 - Card de divulgação do Seminário

Fonte: Arquivo pessoal.

Imagem 7 - Seminário interno do PACTO

Fonte: Arquivo pessoal.

O evento reuniu, além do grupo básico que participou das etapas anteriores (formado por 18 pessoas), vários outros atores e atrizes locais, incluindo jovens e adolescentes, que tiveram participação ativa nos diálogos. Com o encontro funcionando como uma espécie de plenária do PACTO, as pessoas presentes ao mesmo puderam analisar cada proposta, tirar dúvidas e apresentar sugestões de ajustes que, acolhidas pelos presentes, não alteraram a essência das propostas construídas durante a oficina de elaboração do Plano.

Os passos seguintes foram na direção de fazer os ajustes pontuais no documento de Plano de Ação, a partir das contribuições apresentadas durante o Seminário interno, enquanto se avançava, coletivamente, na preparação e mobilização para o Seminário de apresentação do PACTO a representantes de instituições públicas e organizações da sociedade civil com atuação no Território ou vinculação com este. Aqui merece destaque a capacidade mobilização interna

e de organização das duas comunidades, evidenciada na preparação e realização do evento de apresentação do Plano para os diversos atores externos.

O documento contém vinte e um projetos ou atividades, distribuídas em seis eixos temáticos. O eixo um trata de Economia, Trabalho e Renda e tem por objetivo “contribuir para a geração de trabalho e renda no território, a partir do potencial endógeno das duas comunidades, numa perspectiva econômica justa e solidária, que reconheça a terra como um ser vivo e acolha seus limites e possibilidades”. Já o eixo dois está relacionado a infraestrutura e serviços públicos e visa “buscar a ampliação do acesso das comunidades Oitis e Catolé à infraestrutura e aos serviços públicos necessários ao fortalecimento de suas capacidades produtivas e à inclusão social, cultural e política das populações locais nas diversas políticas públicas municipais e regionais”.

No eixo três o foco são as políticas sociais e o objetivo é “contribuir para a ampliação do acesso das populações locais a políticas públicas sociais, com ênfase nas áreas de educação, saúde, assistência social e direitos humanos, priorizando o cuidado aos grupos mais vulneráveis”. O meio ambiente e os recursos hídricos são o foco do eixo quatro, cujo objetivo é “promover a proteção, o cuidado permanente e o uso sustentável dos recursos naturais das comunidades Oitis e Catolé, com atenção especial para suas águas”.

O quinto eixo trata da cultura e do lazer, e suas ações buscam “contribuir para a preservação da história, da memória e da identidade locais como elementos constitutivos da cultura do território e para a ampliação do acesso de suas populações a bens e serviços culturais e a espaços de convivência e lazer”. Por fim, o sexto eixo pretende “fortalecer as organizações locais, visando ampliar a participação comunitária e seu protagonismo nos processos de planejamento e tomada de decisão sobre questões de interesse do território”.

Imagem 8 - Seminário de apresentação do PACTO para convidados e comunidade



Fonte: Arquivo Pessoal.

O evento contou com as presenças do prefeito de Milagres e alguns secretários e secretárias municipais, além de representantes da Câmara Municipal, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – EMATERCE, do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Milagres, da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura do Estado do Ceará – FETRAECE, da Escola de Políticas Públicas e Cidadania Ativa – EPUCA e da Associação Cristã de Base – ACB. O documento apresentado durante o Seminário e entregue aos representantes de todas as instituições públicas e organizações da sociedade civil presentes ao evento e a outros atores, está entre os anexos deste trabalho.

No início de dezembro de 2022 o grupo envolvido de forma mais direta nas etapas anteriores de elaboração do PACTO, voltou a se encontrar com o objetivo de definir os projetos prioritários do Plano de Ação e elaborar seus “planos operativos”. Foram priorizados quatro projetos, a partir de um exercício coletivo de reflexão sobre o conjunto das vinte e uma propostas do PACTO e do voto individual dos participantes. Os projetos priorizados foram: a *Feira de Economia Popular e Solidária*, o *Banco Comunitário de Sementes Crioulas*, o *Festival de Cultura e Arte Mestre Ferreira* e o *Guardiãs e Guardiões do Pinga*. A seguir apresentamos a síntese de cada um desses projetos.

a) Feira de Economia Popular e Solidária

A Economia Popular e Solidária surge no bojo dos diálogos sobre as possibilidades e a urgência de outra economia, ancorada em princípios como a solidariedade, a autogestão, a democracia, o respeito à natureza, o comércio justo e o consumo solidário. Essa outra economia - possível, necessária e urgente - já é realidade em várias partes do Brasil e do mundo e, ao mesmo tempo, é um processo em permanente fazer coletivo, não existindo uma receita pronta e acabada a ser seguida.

Nesse contexto, as Feiras de Economia Popular e Solidária cumprem papel fundamental na divulgação de produtos e serviços oriundos do esforço individual e coletivo de várias trabalhadoras e trabalhadores, na aproximação entre consumidores e produtores e na articulação de redes de cooperação voluntária e solidariedade entre trabalhadoras e trabalhadores e entre suas organizações. Além disso, como destaca Silva (2017) “as Feiras de Economia Popular e Solidária promovem as trocas de saberes e outros processos de formação e qualificação, contribuem para difundir o consumo consciente e para sensibilizar a sociedade sobre esse outro modelo de economia”.

Assim, a Feira de Economia Popular e Solidária de Oitis e Catolé está para muito além de um evento mensal de venda de produtos das duas comunidades, integrando seu Plano de Ação Comunitário, Territorial e Organizacional - PACTO para o biênio 2023-2024, em diálogo estreito com o objetivo de promoção da sustentabilidade território local, em suas múltiplas dimensões. Já a partir da primeira edição será adotada a moeda social Caitis, existente na comunidade, como moeda oficial do projeto, visando com isso fortalecer a economia local e estimular a circulação de dinheiro por mais tempo nas duas comunidades, através da moeda própria. Essa prática poderá, a médio prazo, resultar na adoção da moeda Caitis por comerciantes locais, para além dos dias de realização da Feira.

Com implantação gradual à medida que se avance na mobilização de recursos e parcerias e edições mensais, o projeto tem um orçamento total de R\$ 26,6 mil para um período de 24 meses.

b) Banco Comunitário de Sementes

A semente crioula, também denominada por lei de cultivar local ou tradicional é toda variedade desenvolvida, adaptada ou produzida por agricultores familiares, assentados da reforma agrária ou indígenas, com características fenotípicas bem determinadas e reconhecidas pelas respectivas comunidades e que, a critério do Mapa, considerados também os descritores socioculturais e ambientais, não se caracterizam como substancialmente semelhantes às cultivares comerciais (BRASIL, 2003). Também chamadas de sementes da paixão, da resistência, sementes da gente e da fartura, conforme a cultura de cada Território, estas sementes, passadas de geração em geração, são preservadas nos muitos bancos de sementes que existem no Brasil.

La semilla es el primer eslabón en la cadena alimenticia. Representa millones de años de evolución natural y miles de años de cuidadosa selección por parte de agricultores y agricultoras, incluyendo la tradición de conservar e intercambiar semillas libremente. Es una expresión de la inteligencia de la tierra y de la inteligencia de las comunidades agrícolas a lo largo de los siglos.¹⁵ (SHIVA; LOCKHART; SHROFF, 2015, p. 4).

Por outro lado, ao longo das décadas mais recentes vem ganhando espaço a introdução de sementes geneticamente modificadas na agricultura familiar, inclusive por meio de políticas públicas como o Programa Hora de Plantar, uma iniciativa do governo do estado do

¹⁵ A semente é o primeiro elo da cadeia alimentar. Representa milhões de anos de evolução natural e milhares de anos de seleção cuidadosa pelos agricultores, incluindo a tradição de guardar e trocar sementes livremente. É uma expressão da inteligência da terra e da inteligência das comunidades agrícolas ao longo dos séculos.

Ceará que, em 1999 e a partir do Cariri, incluiu o milho híbrido no pacote de sementes vendidas de forma subsidiada aos agricultores e às agricultoras cearenses.

Além disso, a poderosa indústria de transgênicos tem avançado a galope, em todo o mundo, com sua estratégia de expansão da venda de transgênicos e seus pacotes tecnológicos, ao mesmo tempo que ataca as iniciativas de comunidades e organizações que se contrapõem, pela prática do dia a dia, a sua ofensiva. Dados do relatório *Barões da Alimentação 2022: lucro com as crises, digitalização e novo poder corporativo* (MAPPING CORPORATE POWER IN BIG FOOD, 2022), produzido pelo *Grupo ETC* (ETC Group, em inglês), apontam que apenas duas companhias controlam 40% do mercado mundial de sementes comerciais. As seis maiores controlam 58% e somente a Bayer controla 23%.

Nesse contexto, os bancos comunitários de sementes crioulas representam uma tecnologia social capaz de promover a sustentabilidade da agricultura familiar, à medida que fortalece o intercâmbio de variedades de sementes tradicionais, permite a troca de informações e conhecimentos entre agricultoras e agricultores familiares de um mesmo território ou de territórios diferentes, sobre a história da própria semente, seu cultivo e usos, além de possibilitar o encontro e o diálogo de outras questões de interesse dos atores envolvidos no processo.

A metodologia de implantação do Banco Comunitário de Sementes Crioulas de Oitís e Catolé incluirá a composição do núcleo gestor do projeto e a sensibilização das agricultoras e agricultores locais para a importância da preservação das sementes crioulas, o que será feito através de rodas de conversa, exibição de documentários, visitas domiciliares e outras estratégias, a cargo do núcleo gestor. Será ainda realizado o levantamento das variedades de sementes crioulas existentes nas duas comunidades e daquelas que precisam ser resgatadas e visando assegurar a gestão democrática do projeto, será elaborado o regimento interno do Banco de Sementes, a partir do amplo diálogo com as pessoas interessadas.

Buscando promover a formação básica e a ampliação do conhecimento dos membros do núcleo gestor sobre a tecnologia social Bancos Comunitários de Sementes Crioulas, serão realizadas visitas a outras comunidades em que a tecnologia é desenvolvida, tanto para que se conheça as formas de organização e gestão dessas iniciativas, quanto para a troca e/ou aquisição de sementes.

Por fim, para o adequado armazenamento das sementes, será necessária a construção ou adaptação de um espaço físico dentro dos padrões técnicos recomendados por especialistas, em estreito diálogo com a cultura e a realidade locais. Será também necessário definir as formas de armazenamento e conservação das sementes de cada safra. O projeto ainda não tem orçamento finalizado.

c) Festival de Cultura e Arte Mestre Ferreira

O evento é uma justa homenagem à memória de Francisco José Ferreira, o Mestre Ferreira, morador da comunidade Catolé, nascido em 21 de novembro de 1947 e falecido em fevereiro de 2009. É também uma forma de evidenciar os múltiplos saberes e fazeres das duas comunidades, a partir das memórias individuais e coletivas de seus moradores, de suas tradições e das narrativas orais, poesias, músicas, artesanato, culinária e outras práticas que evidenciam a cultura local.

Com orçamento de pouco mais de R\$ 38 mil, a primeira edição do Festival está prevista para acontecer no início de dezembro de 2023, compreendendo rodas de conversa, oficinas e minicursos, exposições fotográficas, feira de economia solidária (artesanato, produção agrícola e culinária, dentre outros produtos locais) e desfile de moda, além de performances poéticas e shows musicais com artistas das próprias comunidades e convidados.

d) Guardiãs e Guardiões do Pinga

O objetivo principal desse projeto é contribuir para a recuperação, revitalização e preservação dos recursos naturais das comunidades Oitis e Catolé, tendo como principal referência e ponto de partida a área central do Pinga e seu entorno. Para tanto deverá ser realizado o mapeamento das áreas de maior degradação ambiental das comunidades Oitis e Catolé e a recuperação das áreas mapeadas, além de um conjunto de ações de sensibilização e educação, visando contribuir para a tomada de consciência ambiental das populações locais e visitantes.

Contudo, a elaboração do projeto Guardiãs e Guardiões do Pinga dependerá da definição de uma questão externa, a cargo do governo municipal que, durante o Seminário de Apresentação do PACTO, em novembro de 2022, sinalizou a intenção de realizar o tombamento da área do Pinga. A ideia é rejeitada pelos moradores das duas comunidades que, em contrapartida, propõem a transformação da área em uma Unidade de Conservação, na perspectiva de seu uso sustentável pela população local. A Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, define unidade de conservação como espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

Contudo, diante da ausência de resposta do governo municipal à proposta, lideranças das duas comunidades vêm discutindo a possibilidade de apresentação de um projeto de lei de iniciativa popular, nos termos do artigo 14 da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei 9.709, de 18 de fevereiro de 1998.

Cabe destacar que para produção da síntese das atividades aqui apresentada foi fundamental, além das próprias anotações e sistematizações do pesquisador, os registros feitos pela equipe de memória constituída no primeiro encontro. Também se revelou muito importante a formação da equipe de acolhida, animação e mística, a quem coube todo o trabalho de recepção dos participantes de cada encontro e animação de todo o processo, em diálogo estreito com a história e memória das comunidades e o legado da mística pastoral da igreja católica, fortemente presente no Território.

O ciclo de encontros da pesquisa foi encerrado no início de janeiro de 2023, com a apresentação das versões preliminares dos projetos priorizados na oficina de dezembro. No mesmo evento, foi realizada a avaliação do percurso iniciado em julho de 2022, com destaque positivo para os resultados alcançados e para a perspectiva dialógica que pautou todo o processo. Os participantes do encontro destacaram ainda a linguagem de fácil compreensão (inteligibilidade) que marcou todas as atividades, além do caráter formativo do percurso. O único aspecto negativo foi a pequena participação dos moradores das duas comunidades em alguns momentos. Essa avaliação foi resumida pelos participantes do encontro, através da receita de “bolo da amizade”, apresentada a seguir.

a) Ingredientes

2 xícaras da dedicação e doação de Joelmir; 2 copos da poesia de Amaurílio; 2 colheres da organização de José Abílio e João Gonçalves; 2 pitadas da participação de Chico Miúdo; 1 xícara das dinâmicas de Nilvanda; 2 copos das maravilhosas memórias de Gracione; 4 copos de massa jovem, importantíssima, de Jordânia, Ariany, Mateus e Moisés; 3 xícaras das importantes presenças de Miúdo, Mundinha e Helena; 2 copos da colaboração de seu Antônio; 2 xícaras das corridas apressadas de Tico; 2 copos da rapidez de Domingos; várias pitadas das estreias conosco de Adauto, Luciano, Dermival e Laécio; 2 copos da visita de Raniere e pitadas [muitas] das duas comunidades reunidas nos dois encontros de apresentação do PACTO.

b) Modo de preparo

Juntar todos os ingredientes, mexer bem, acrescentar mais dedicação, compromisso e boa vontade. Untar a forma com a participação de todos. E vamos cuidar de levar esse bolo ao forno, esperar assar e saborear coletivamente. Agora é ação!



NOTAS
[QUASE] FINAIS

8 NOTAS [QUASE] FINAIS

Um dos principais desafios da metodologia Comunidades Cuidadoras é possibilitar que os territórios locais sejam percebidos e pensados a partir de uma visão de mundo mais alargada, pautada pela centralidade da vida humana e não humana. Refletir sobre os males e dilemas dos dias atuais e sobre como chegamos até aqui, será fundamental para pensarmos o porvir a partir do cuidado como princípio e como ética do humano.

Daí, a importância da inserção no percurso da metodologia Comunidades Cuidadoras, de uma etapa preliminar de encontros temáticos e/ou atividades formativas que, por um lado, questionem as bases do velho paradigma - cujos resultados incluem o desencantamento de nossa relação com o mundo -, e por outro, nos convide a mirar outras possibilidades e celebrar outros saberes e fazeres que, remando rio acima, confirmam que outro mundo é possível e nos alertam para a sua necessidade e urgência. Além disso, será fundamental pensarmos a solidariedade como condição essencial ao enfrentamento às ameaças dos tempos estranhos a que chegamos.

A defesa de uma solidariedade entre os humanos e a natureza – entendida como o conjunto dos seres vivos: animais e vegetais – é, de fato, a forma mais direta de responder aos desafios da mudança climática e da perda de biodiversidade. O desenvolvimento de uma solidariedade entre os próprios humanos é igualmente uma resposta perene contra as desigualdades que os divide. Contudo, se o anúncio de uma resposta pode ser fácil, sua implantação é uma tarefa particularmente árdua. Ela se confronta com inúmeros obstáculos, dentre os quais – e não menos importante – o déficit de reflexão sobre os conceitos a serem mobilizados para organizar essa solidariedade o mais próximo possível dos atores e de sua atividade econômica (FRANÇA FILHO, 2020, p. 14).

Outra questão tem relação com a validade de algumas técnicas e processos experimentados durante a vivência nas comunidades Oitis e Catolé durante a pesquisa. Nesse aspecto, a técnica do mapa de autorreconhecimento, que antecedeu os encontros de construção do PACTO, se revelou pouco eficaz, pelo menos no contexto em que foi vivenciada nas comunidades Oitis e Catolé. Logo, é possível que técnicas já conhecidas e amplamente difundidas, a exemplo da matriz SWOT/FOFA¹⁶, tivessem possibilitado melhores resultados.

Os vários ajustes na agenda, realizadas ao longo da vivenciado junto às comunidades Oitis e Catolé, se foram importantes no aspecto do respeito às agendas e possibilidades das

¹⁶ A análise ou matriz FOFA (SWOT, na sigla em inglês) é uma técnica de análise de cenários e embasamento de tomada de decisões, a partir de quatro fatores. Em português: Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças. Em inglês: Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats. O primeiro e o terceiro estão relacionados ao ambiente interno, enquanto o segundo e o quarto se vinculam ao ambiente externo.

duas comunidades, também contribuíram para descontinuidade do processo, especialmente nos casos em que o intervalo entre uma atividade e outra foi mais longo. Assim, reforço aqui a importância de um calendário que compatibilize o respeito à realidade do território com uma dinâmica que contribua para evitar as dissoluções de continuidade.

Ainda que previstas na agenda inicial, por conta das limitações de tempo para a pesquisa e das limitações de agenda das comunidades envolvidas no processo, não foi possível realizarmos as atividades transversais, cujo objetivo é contribuir para manter a comunidade permanentemente mobilizada e até estimular a adesão de atores e atrizes do território que, normalmente, não participam das atividades comunitárias e outras agendas locais.

Por fim, embora a agenda inicial previsse um momento específico para definição coletiva das estratégias de monitoramento e avaliação da execução do Plano de Ação elaborado, esse momento acabou não acontecendo e é forçoso reconhecer que ele se faz necessário e que ausência de estratégias bem definidas de monitoramento e avaliação podem comprometer a execução do PACTO ou, pelo menos, contribuir para que está não se dê dentro do cronograma e do horizonte temporal definidos originalmente.

Um derradeiro aspecto a ser destaque nessas notas (quase) finais, está relacionado à dimensão subjetiva e aos resultados não mensuráveis que permearam toda a vivência. Durante a avaliação realizada no encontro de encerramento do ciclo e em vários outros momentos, as falas das pessoas que participaram de forma mais direta do processo e até daquelas que estiveram presentes apenas nos eventos maiores, enfatizavam aspectos como a retomada momentos de conagração entre as duas comunidades e mesmo entre as famílias residentes em cada uma delas, a celebração do reencontro e a importância da partilha e da comunhão, com cada participante contribuindo com aquilo que lhe era possível para as mesas fartas que marcaram os eventos realizados.

Também merece destaque a possibilidade de se conhecer um pouco mais da história da própria comunidade e de alguns de seus moradores, a exemplo do mestre Ferreirinha, uma figura icônica para as duas comunidades, cuja trajetória de vida foi marcada por histórias de cuidado, dedicação e afeto, pouco conhecidas de parcela expressiva da população local, especialmente as gerações mais novas.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Editora Elefante/Editora Autonomia Literária, 2016.

ADÁN, José Pérez *et al.* **Comunitarismo**: cultura de solidaridad. Madrid: Sekotia, 2018.

AGÊNCIA NACIONAL DE AERONÁUTICA E ESPAÇO – NASA. **NASA Flights Detect Millions of Arctic Methane Hotspots**. 2020. Disponível em: <https://www.jpl.nasa.gov/news/nasa-flights-detect-millions-of-arctic-methane-hotspots>. Acesso em: 26 fev. 2023.

ABEFC - ARTICULAÇÃO PELA ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA. **A Economia de Francisco e Clara**: denúncia às violências financeiras e anúncio de economias para o Bem Viver. São Paulo: Paulus Editora, 2023.

BERKELEY EARTH. **Press Release: 2022 Was Fifth Warmest Year Since 1850. 2013**. Disponível em: <https://berkeleyearth.org/press-release-2022-was-fifth-warmest-year-since-1850/>. Acesso em: 22 jan. 2023.

BOFF, Leonardo. **Crítica ao modelo-padrão de sustentabilidade**. 2012a. Disponível em: <https://leonardoboff.org/2012/01/29/critica-ao-modelo-padrao-de-sustentabilidade/>. Acesso em: 22 fev. 2023.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar**: Ética do humano - compaixão pela terra. 20. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade**: o que é e o que não é. Rio de Janeiro: Vozes, 2012b.

BRASIL DE FATO. **Para combater a “pandemia da fome”, MST já doou mais de 600 toneladas de alimentos**. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/11/para-combater-a-pandemia-da-fome-mst-ja-doou-mais-de-600-toneladas-de-alimentos>. Acesso em: 18 abr. 2022.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de Julho de 1934. Nós, os representantes do povo brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático, que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico, decretamos e promulgamos a seguinte. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, 17 de julho de 1934.

BRASIL. Lei n. 10.711, de 5 de agosto de 2003. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, 6 de agosto de 2003.

BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, 19 de julho de 2000.

CANÇADO, Airton Cardoso; TENÓRIO, Fernando Guilherme; PEREIRA, José Roberto. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. **Cadernos Ebape BR**, v. 9, p. 681-703, 2011.

CARTA ENCÍCLICA. **Laudato Si' do santo padre Francisco sobre o cuidado da casa comum**. Roma: Vaticano, 2015.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Relatório Brundtland – Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CORDEIRO, Domingos Sávio. **Um beato líder: narrativas memoráveis do Caldeirão**. 2. ed. Rio de Janeiro: Mundo das Ideias, Goiânia: Kelps, 2013.

CORTINA, Adela. **Aporofobia, aversão ao pobre: um desafio para a democracia**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

DIWAN, Pietra. **Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

DOWBOR, Ladislau. **Resgatar a função social da economia: Uma questão de dignidade humana**. São Paulo: Elefante, 2022.

ETZIONI, Amitai. **A terceira via para a boa sociedade: seguido dos manifestos comunitaristas**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2019.

FAÇANHA, Jairo. **Terra: a vida nas mãos das ilusões: uma perspectiva ecológica profunda na inspiração de uma consciência ética, cuidadosa e responsável**. Fortaleza: [s. l.], 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. **Solidariedade e organizações: pensar uma outra**. Salvador: EDUFBA, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIANNELLA, Valéria; ARAÚJO, Edgilson Tavares de; OLIVEIRA NETA, Vivina Machado de. As Metodologias Integrativas como caminho na ampliação da esfera pública. *In*: SCHOMMER, Paula Chies; BOULLOSA, Rosana de Freitas. (Org.). **Gestão Social como Caminho para a Redefinição da Esfera Pública**. Florianópolis: Editora UDESC, v. 1, 2011. p. 139-164.

GORDON, H. Scott. The economic theory of a common-property resource: the fishery. **Journal of Political Economy**, v. 62, n. 2, p. 124-142, 1954.

HARDIN, Garrett. The tragedy of the commons: the population problem has no technical solution; it requires a fundamental extension in morality. **Science**, v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, 1968.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HUET, Natalie. **Cientistas encontraram “vírus zombie” preso há 48.500 anos no permafrost.** 2023. Disponível em: <https://pt.euronews.com/next/2023/03/10/cientistas-encontram-virus-zombie-presos-ha-48500-anos-no-permafrost#:~:text=Cientistas%20encontram%20“vírus%20zombie”%20preso%20há%2048.500%20anos%20no%20permafrost,-Comentários&text=Os%20chamados%20vírus%20“zombies”%2C,alterações%20climáticas%2C%20alertam%20os%20cientistas..> Acesso em: 27 fev. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Milagres 2021.** 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/milagres.html>. Acesso em: 17 fev. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Salário médio mensal da população do município de Milagres.** 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/milagres.html>. Acesso em: 17 fev. 2022.

IDEB - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA. **Rede pública em Milagres.** 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb#:~:text=O%20Índice%20de%20Desenvolvimento%20da,médias%20de%20desempenho%20nas%20avaliações..> Acesso em: 19 fev. 2022.

IDEB - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA. **Rede pública em Milagres.** 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb#:~:text=O%20Índice%20de%20Desenvolvimento%20da,médias%20de%20desempenho%20nas%20avaliações..> Acesso em: 19 fev. 2022.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. **Um olhar sobre juventude e periferia em tempos de coronachoque.** 2020. Disponível em: https://thetricontinental.org/wp-content/uploads/2020/10/20200930_Dossier-33_PT.pdf. Acesso em: 22 jan. 2023.

JARA, Carlos. *Sin Querer Queriendo: El Cerdismo se vuelve habitus “sin querer queriendo”* – Quito. [s. l.: s. n.], 2022.

KEHL, Renato. **A cura da fealdade:** Eugenia e medicina social. São Paulo: Monteiro Lobato & Co, 1923.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **La vida no es útil.** [s.n.]: Canopus Editorial Digital Sa, 2020.

MAPPING CORPORATE POWER IN BIG FOOD. **Food Barons 2022:** Crisis profiteering, digitalization and shifting power. Mexico: ETC Group, 2022.

MENA, Isabela. *Verbete Draft: o que é ZOPP.* 2015. Disponível em: <https://www.projeto-draft.com/verbete-draft-o-que-e-zopp/>. Acesso em: 22 fev. 2023.

MENEGAT, Marildo. **A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe:** o giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto e outros ensaios. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

MESSIAS, Adriano. O Antropoceno e as ruínas da democracia: a condição humana como monstruosidade. **Cadernos IHU Ideias**, v. 20, n. 335, p. 2448-0304, 2022.

MINER, Kimberley R. *et al.* Emergent biogeochemical risks from Arctic permafrost degradation. **Nature Climate Change**, v. 11, n. 10, p. 809-819, 2021.

NATIONAL GEOGRAPHIC BRASIL. **Permafrost do Ártico está descongelando em ritmo acelerado, e consequências são para todos**. 2019. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2019/08/permafrost-do-artico-esta-descongelando-em-ritmo-acelerado-e-consequencias-sao-para-todos>. Acesso em: 20 fev. 2023.

NOBRE, Carlos. **Carlos Nobre afirma que mudanças climáticas são o maior desafio da humanidade**. [Entrevista cedida a] Leandro Reis. Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2022. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/forum-economico-de-davos/a-sobrevivencia-do-mais-rico/>. Acesso em: 22 mar. 2023.

OLIVER, Christine. Determinants of interorganizational relationships: Integration and future directions. **Academy of Management Review**, v. 15, n. 2, p. 241-265, 1990.

ORESQUES, Naomi; CONWAY, Erik M. **Merchants of Doubt: how a handful of scientists obscured the truth on issues from tobacco smoke to global warming**. New York: Bloomsbury Press, 2011.

OSTROM, Elinor. **El Gobierno de los bienes comunes: La evolución de las instituciones de acción colectiva**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2000.

OXFAM BRASIL. **“sobrevivência” do mais rico: por que é preciso tributar os super-ricos agora para combater as desigualdades**. 2023. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/forum-economico-de-davos/a-sobrevivencia-do-mais-rico/>. Acesso em: 22 fev. 2023.

PINHO, Joelmir. **Insurreições**. Crato: IbiKariri, 2021d.

PINHO, Joelmir. **Apesar de vocês**. 2021a. Disponível em: <https://joelmirpinho.wordpress.com/2021/03/03/apesar-de-voces/>. Acesso em: 22 fev. 2023.

PINHO, Joelmir. **Janelas, uma coletânea de ideias e opiniões**. Crato: IbiKariri, 2019.

PINHO, Joelmir. **Me recuso a seguir colecionando lutos**. 2021b. Disponível em: <https://joelmirpinho.wordpress.com/2022/06/17/me-recuso-a-seguir-colecionando-lutos/>. Acesso em: 22 fev. 2023.

PINHO, Joelmir. **Uma distopia chamada Brasil**. 2021c. Disponível em: [Disponível em https://joelmirpinho.wordpress.com/2021/12/22/uma-distopia-chamada-brasil/](https://joelmirpinho.wordpress.com/2021/12/22/uma-distopia-chamada-brasil/). Acesso em: 22 fev. 2023.

REDE BRASIL ATUAL - RBA. **Movimentos lançam campanha ‘Vamos precisar de todo mundo’**. 2020. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/campanha-vamos-precisar-todo-mundo/>. Acesso em: 22 jan. 2023.

REDE PENSSAN. **Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022.

SAINT-EXUPERY, Antoine. **Cidadela**. São Paulo: ArteSam, 2016.


SHIVA, V.; LOCKHART, C.; SHROFF, R. **LA LEY de la SEMILLA**. [s. l.: s. n.], 2015.

SINGER, Merrill. **Introduction to syndemics**: a critical systems approach to public and community health. 1st. ed. San Francisco: Jossey-Bass, 2009.

SILVA, André Luis Ferreira. A metodologia de construção das feiras de economia solidária e seu impacto sobre os ganhos: um estudo sobre a Feira Baiana. **Mundo do Trabalho Contemporâneo**, v. 2, n. 2, p. 313-338, 2017.

TRAVERSO, Enzo. **As novas faces do fascismo**: populismo e a extrema direita. Belo Horizonte: Âyiné, 2021.

VÁZQUEZ, Gabriela. **Elinor Ostrom**: Los comunes, ni tragedia ni panacea. 2020. Disponível em: <https://www.elsaltodiario.com/saltamontes/elinor-ostrom>. Acesso em: 22 fev. 2023.



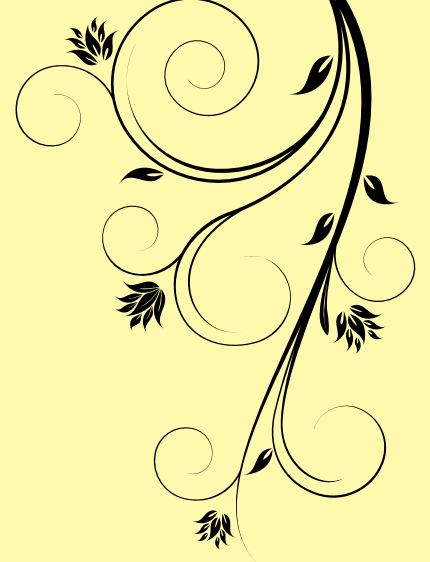
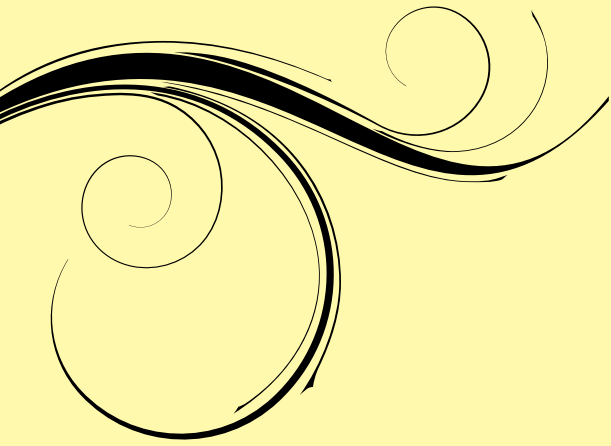
ANEXO A:
PACTO Oitis/Catolé
[2023-2024]



PLANO DE AÇÃO
COMUNITÁRIO, TERRITORIAL
E ORGANIZACIONAL

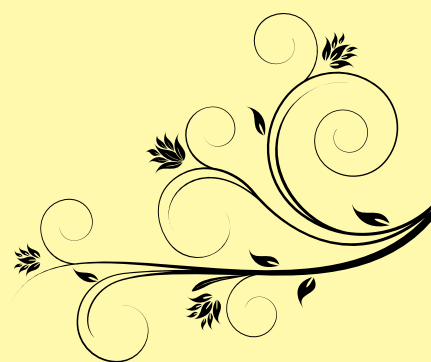
PACTO

OITIS E CATOLÉ [2023-2024]



PLANO DE AÇÃO COMUNITÁRIO, TERRITORIAL
E ORGANIZACIONAL DAS COMUNIDADES DE
OITIS E CATOLÉ, EM MILAGRES [2023-2024]

Oitis e Catolé, novembro de 2022



EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PLANO

Amaurílio Ferreira

André Aduino

Antônio Pedro

Domingos Queiroz

Francisco Darnival

Francisco Ivanildo

Francisco Tomás

Francisco Vicente

Gracione Gonçalves

João Gonçalves

Jordânia Ferreira

José Abílio

José Laécio

Luciano Ferreira

Maria Ariany

Moisés Ferreira

Nilvanda Ferreira

Raimunda Ferreira

Pedro Lucas

Joelmir Pinho

Facilitação dos encontros e oficinas e
sistematização do documento final.



APRESENTAÇÃO



Este documento registra o **Plano de Ação Comunitário, Territorial e Organizacional [PACTO] das comunidades Oitis e Catolé**, no município de Milagres, no Cariri cearense, a partir de seis eixos estratégicos definidos durante vários encontros entre representantes das duas comunidades. Os seis eixos são: [1] Economia, Trabalho e Renda; [2] Infraestrutura e Serviços Públicos; [3] Políticas Sociais [Educação, Saúde, Assistência Social e Direitos Humanos]; [4] Meio Ambiente e Recursos Hídricos; [5] Cultura e Lazer; e [6] Fortalecimento das Organizações Locais.

O Plano se insere no contexto da metodologia de planejamento territorial participativo denominada Comunidades Cuidadoras, experienciada por nossas comunidades entre os meses de julho e novembro de 2022, como parte das atividades de pesquisa desenvolvidas pelo educador, gestor social e escritor Joelmir Pinho para o mestrado em Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia [UFBA].

Como explica o próprio Joelmir, «a metodologia Comunidades Cuidadoras é, ao mesmo tempo, uma proposta metodológica de planejamento territorial participativo e um referencial pedagógico de percurso formativo que toma por base os saberes e fazeres da própria comunidade, o potencial endógeno do lugar e a tessitura de redes de solidariedade e parcerias institucionais».

O processo de elaboração do presente Plano de Ação partiu de três perguntas geradoras: O que podemos fazer por nós mesmos? O que o Estado [poder público] deve fazer e como nos organizarmos para encaminhar nossas demandas e cobrar do Estado o cumprimento de seu papel? E por fim, quais as causas que nos aglutinam, que nos juntam?

Para cada eixo foi definido um objetivo e um conjunto de ações, com a indicação de algumas diretrizes e/ou princípios norteadores de sua concepção e/ou execução, os responsáveis pela sua sistematização e/ou coordenação da execução, os potenciais parceiros institucionais e o prazo ou período de realização da ação.

José Abílio Ferreira da Silva

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA DE CATOLÉ

Francisca Daniele Gonçalves Oliveira

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE OITIS



EIXOS E OBJETIVOS DO PLANO





EIXO 1: ECONOMIA, TRABALHO E RENDA

Objetivo:

Contribuir para a geração de trabalho e renda no território, a partir do potencial endógeno das duas comunidades, numa perspectiva econômica justa e solidária, que reconheça a terra como um ser vivo e acolha seus limites e possibilidades.

EIXO 2: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

Objetivo:

Buscar a ampliação do acesso das comunidades Oitis e Catolé à infraestrutura e aos serviços públicos necessários ao fortalecimento de suas capacidades produtivas e à inclusão social, cultural e política das populações locais nas diversas políticas públicas municipais e regionais.

EIXO 3: POLÍTICAS SOCIAIS

Objetivo:

Contribuir para a ampliação do acesso das populações locais a políticas públicas sociais, com ênfase nas áreas de educação, saúde, assistência social e direitos humanos, priorizando o cuidado aos grupos mais vulneráveis.

EIXO 4: MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Objetivo:

Promover a proteção, o cuidado permanente e o uso sustentável dos recursos naturais das comunidades Oitis e Catolé, com atenção especial para suas águas.

EIXO 5: CULTURA E LAZER

Objetivo:

Contribuir para a preservação da história, da memória e da identidade locais como elementos constitutivos da cultura do território e para a ampliação do acesso de suas populações a bens e serviços culturais e a espaços de convivência e lazer.

EIXO 6: FORTALECIMENTO DAS ORGAN. LOCAIS

Objetivo:

Fortalecer as organizações locais, visando ampliar a participação comunitária e seu protagonismo nos processos de planejamento e tomada de decisão sobre questões de interesse do território.





EIXO 1

ECONOMIA, TRABALHO E RENDA



Projeto ou atividade:

Aquisição de um trator com implementos agrícolas.



Princípios e/ou diretrizes:

Apresentar demanda ao Projeto São José [Governo do Estado do Ceará/SDA] e a outras instituições potencialmente parceiras.



Responsáveis:

Diretorias das duas associações.



Potenciais parceiros:

EMATERCE, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário e Meio Ambiente e SDA/CE.



Data ou prazo de realização:

Até junho de 2023.



Projeto ou atividade:

Assessoria técnica continuada a agricultoras e agricultores familiares das comun. Oitis e Catolé.



Princípios e/ou diretrizes:

Apresentar demanda à EMATERCE e à Sec. Municipal de Desenvolv. Agrário e Meio Ambiente. A assessoria deverá se pautar pelos princípios de uma agricultura sustentável, sem venenos e integrada à natureza.



Responsáveis:

Diretorias das duas associações.



Potenciais parceiros:

EMATERCE e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário e Meio Ambiente.



Data ou prazo de realização:

A partir de janeiro de 2023.

**Projeto ou atividade:**

Implantação de um Banco de Sementes Crioulas.

**Princípios e/ou diretrizes:**

Elaborar projeto para mobilização de recursos e articular-se com iniciativas semelhantes no Cariri e em outros territórios.

O projeto deverá incluir ações de sensibilização e capacitação das produtoras e produtores locais.

**Responsáveis:**

Grupo de trabalho [GT] formado por José Abílio, Domingos Queiroz, João Gonçalves, Antônio Pedro e Amaurílio Ferreira.

**Potenciais parceiros:**

Associação Cristã de Base ACB] e Articulação Semiárido [ASA]

**Data ou prazo de realização:**

A partir de janeiro de 2023

**Projeto ou atividade:**

Feira de Economia Solidária das comun. Oitis e Catolé

**Princípios e/ou diretrizes:**

Elaborar o projeto executivo da Feira, incluindo os aspectos logísticos e as estratégias de divulgação/comunicação. O projeto deverá prever, também, a revitalização da moeda solidária Caitis, criada pelas duas comunidades anteriormente.

**Responsáveis:**

Diretorias das duas associações

**Potenciais parceiros:**

Secretaria Municipal de Desenv. Agrário e Meio Ambiente, ACB e comunidades locais.

**Data ou prazo de realização:**

Mensal, a partir de janeiro de 2023.



EIXO 2
INFRAESTRUTURA E
SERVIÇOS PÚBLICOS

**Projeto ou atividade:**

Construção de banheiros da quadra poliesportiva da comunidade Oitis.

**Princípios e/ou diretrizes:**

Acompanhar junto à Prefeitura a demanda apresentada anteriormente, por ofício, solicitando a inclusão da obra na Lei Orçamentária Anual - LOA de 2023.

**Responsáveis:**

Diretorias das duas associações.

**Potenciais parceiros:**

Prefeitura de Milagres, através das secretarias de Infraestrutura e Esporte e Qualidade de Vida.

**Data ou prazo de realização:**

Até maio de 2023.

**Projeto ou atividade:**

Ampliação da passagem molhada em frente à residência do senhor Miguel.

**Princípios e/ou diretrizes:**

Acompanhar junto à Prefeitura a demanda apresentada anteriormente, por ofício, solicitando a inclusão da obra na Lei Orçamentária Anual - LOA de 2023.

**Responsáveis:**

Diretorias das duas associações.

**Potenciais parceiros:**

Prefeitura de Milagres, através da Secretaria de Infraestrutura.

**Data ou prazo de realização:**

Até maio de 2023.





Projeto ou atividade:

Construção de uma passagem molhada em frente à casa da senhora Helena.



Princípios e/ou diretrizes:

Acompanhar junto à Prefeitura a demanda apresentada anteriormente, por ofício, solicitando a inclusão da obra na Lei Orçamentária Anual - LOA de 2023.



Responsáveis:

Diretorias das duas associações.



Potenciais parceiros:

Prefeitura de Milagres, através da Secretaria de Infraestrutura.



Data ou prazo de realização:

Até maio de 2023.



Projeto ou atividade:

Construção de uma passagem molhada ao lado do bar e frigorífico Rancho Velho.



Princípios e/ou diretrizes:

Acompanhar junto à Prefeitura a demanda apresentada anteriormente, por ofício, solicitando a inclusão da obra na Lei Orçamentária Anual - LOA de 2023.



Responsáveis:

Diretorias das duas associações.



Potenciais parceiros:

Prefeitura de Milagres, através da Secretaria de Infraestrutura.



Data ou prazo de realização:

Até maio de 2023.



Projeto ou atividade:

Construção de uma passagem molhada no terreno do senhor Genival.



Princípios e/ou diretrizes:

Acompanhar junto à Prefeitura a demanda apresentada anteriormente, por ofício, solicitando a inclusão da obra na Lei Orçamentária Anual - LOA de 2023.



Responsáveis:

Diretorias das duas associações.



Potenciais parceiros:

Prefeitura de Milagres, através da Secretaria de Infraestrutura.



Data ou prazo de realização:

Até maio de 2023.



EIXO 3 POLÍTICAS SOCIAIS

[EDUCAÇÃO, SAÚDE, ASSIST. SOCIAL E DIR. HUMANOS]

**Projeto ou atividade:**

Capacitação de agricultoras e agricultores familiares do território sobre o PNAE e PAA.

**Princípios e/ou diretrizes:**

Realização de uma série de atividades de capacitação [cursos, oficinas, rodas de conversa etc.], visando ampliar a participação de agricultoras e agricultores familiares locais nas compras institucionais.

**Responsáveis:**

Diretorias das duas associações.

**Potenciais parceiros:**

Secretaria Municipal de Desenv. Agrário e Meio Ambiente e SENAR.

**Data ou prazo de realização:**

A partir de janeiro de 2023.

**Projeto ou atividade:**

Construção/reforma de um Ponto de Apoio para a equipe da Estratégia Saúde da Família [ESF].

**Princípios e/ou diretrizes:**

Encaminhar a demanda, através de ofício, à Secretaria Municipal de Saúde e acompanhar seu atendimento.

**Responsáveis:**

Diretorias das duas associações.

**Potenciais parceiros:**

Secretaria Municipal de Saúde.

**Data ou prazo de realização:**

Janeiro de 2023 [encam. ofício].

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural



**Projeto ou atividade:**

Programa de Educação Popular sobre Políticas Públicas.

**Princípios e/ou diretrizes:**

Realização de uma série de atividades educativas e formativas [cursos, oficinas, rodas de conversa etc.] sobre políticas públicas, baseadas nos princípios e referenciais metodológicos da educação popular. Será elaborado um programa de atividades, incluindo a indicação dos temas e um cronograma de execução.

**Responsáveis:**

Diretorias das duas associações.

**Potenciais parceiros:**

Escola de Políticas Públicas e Cidadania Ativa [EPUCA] e Pref. de Milagres, através de suas secretarias.

**Data ou prazo de realização:**

A partir de janeiro de 2023.

**Projeto ou atividade:**

Descentralização das ações do CRAS do território.

**Princípios e/ou diretrizes:**

Encaminhar, por meio de ofício, a demanda para a Secretaria Municipal de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos e a coord. do CRAS e acompanhar seu atendimento. A descentralização das ações deverá contemplar os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

**Responsáveis:**

Diretorias das duas associações.

**Potenciais parceiros:**

Secretaria Municipal de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos e CRAS.

**Data ou prazo de realização:**

A partir de janeiro de 2023.



A photograph of a dirt road winding through a lush, green landscape. The road is flanked by dense vegetation, including tall grasses and flowering bushes with bright pink blossoms. In the distance, a utility pole stands against a clear sky. The entire image is overlaid with a semi-transparent orange gradient, which serves as a background for the text.

EIXO 4
MEIO AMBIENTE E
RECURSOS HÍDRICOS

**Projeto ou atividade:**

Projeto Guardiãs e Guardiões do Pinga.

**Princípios e/ou diretrizes:**

Elaboração do projeto técnico, visando a mobilização de recursos e parcerias institucionais.

O projeto deverá incluir ações de arborização do entorno do Pinga e de outros espaços das duas comunidades, além de ações de educação ambiental, sinalização de ambientes, recuperação de áreas degradadas, implantação de viveiro de mudas e outras iniciativas.

**Responsáveis:**

Grupo de trabalho [GT] formado por Gracione, José Abílio, Jordânia e Francisco Ivonildo.

**Potenciais parceiros:**

Secretaria Municipal de Desenv. Agrário e Meio Ambiente e EPUCA.

**Data ou prazo de realização:**

A partir de janeiro de 2023.

**Projeto ou atividade:**

Instalação do poço profundo na comunidade Oitis.

**Princípios e/ou diretrizes:**

Acompanhar demanda já apresentada, por ofício, à Prefeitura de Milagres e a execução das obras.

**Responsáveis:**

Diretorias das duas associações.

**Potenciais parceiros:**

Prefeitura de Milagres, através da Autarquia Municipal de Água e Esgoto.

**Data ou prazo de realização:**

A partir de janeiro de 2023.





EIXO 5
CULTURA E LAZER



**Projeto ou atividade:**

Festival de Cultura Mestre Ferreira.

**Princípios e/ou diretrizes:**

Elaboração do projeto técnico, visando a mobilização de recursos e parcerias institucionais.

O Festival terá edição anual e acontecerá sempre em novembro, mês de aniversário de Mestre Ferreira.

**Responsáveis:**

Diretorias das duas associações.

**Potenciais parceiros:**

Secretaria Municipal de Cultura Turismo e Eventos, Secretaria de Cultura do Ceará, SESC e EPUCA.

**Data ou prazo de realização:**

A partir de janeiro de 2023.

**Projeto ou atividade:**

Projeto Cine Comunidade.

**Princípios e/ou diretrizes:**

Realização de sessões bimestrais de cinema nas comunidades Oitis e Catolé, de forma intercalada e gratuita e com ampla divulgação. A seleção dos filmes a serem exibidos, o calendário de atividades e a logística do projeto ficarão a cargo da equipe de curadoria.

**Responsáveis:**

Nilvanda e Jordânia [curadoras].

**Potenciais parceiros:**

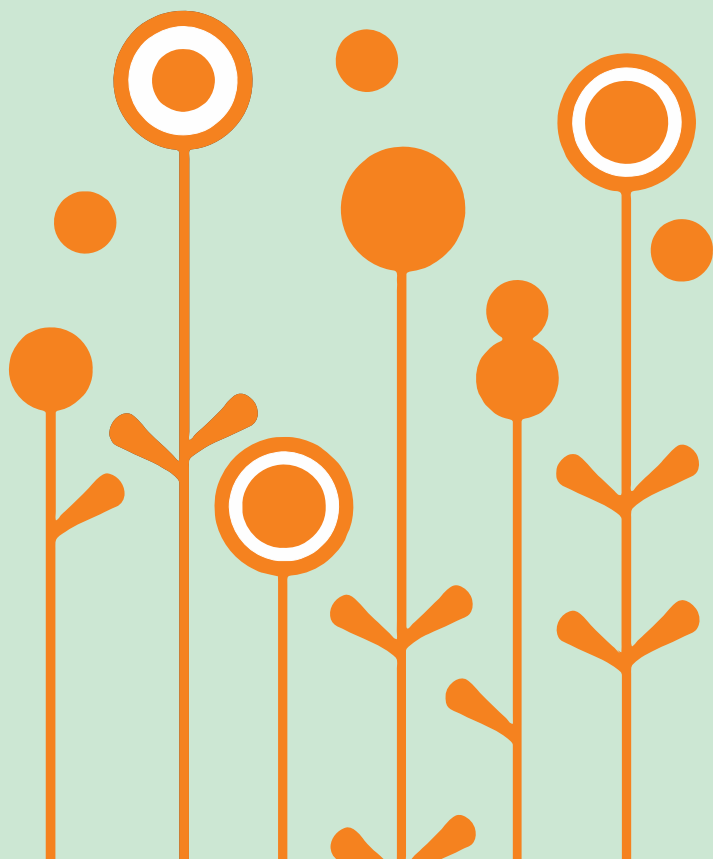
EPUCA e Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Eventos.

**Data ou prazo de realização:**

A partir de janeiro de 2023.



Mestre Ferreira. Foto: acervo pessoal de dona Mariquinha.





EIXO 6 FORTALECIMENTO DAS ORGANIZAÇÕES LOCAIS





Projeto ou atividade:

Diálogos temáticos



Princípios e/ou diretrizes:

Realização de rodas de conversa bimestrais com convidadas e convidados, dentro das agendas das reuniões regulares das associações de Oitis e Catolé, sobre temas previamente definidos e de interesse dos vários grupos que integram o quadro de associados das duas organizações comunitárias.



Responsáveis:

Diretorias das duas associações.



Potenciais parceiros:

Profissionais de diversas áreas do conhecimento e instituições públicas e organizações da sociedade civil.



Data ou prazo de realização:

A partir de janeiro de 2023.



Projeto ou atividade:

Jogos Educativos e Integrativos



Princípios e/ou diretrizes:

Realização de atividades lúdicas, de caráter educativo e integrativo, na abertura das reuniões das associações e/ou em outros eventos da comunidade, visando estimular a participação dos diversos segmentos da população local na vida comunitária e nas organizações locais.



Responsáveis:

Diretorias das duas associações.



Potenciais parceiros:

Educadoras e educadores das duas comunidades e de instituições e organizações parceiras.



Data ou prazo de realização:

A partir de janeiro de 2023.

**Projeto ou atividade:**

CurtaDoc

**Princípios e/ou diretrizes:**

Exibição de documentários de curta duração, sobre temas de interesse da população local, dentro da programação das reuniões das duas associações. Após a exibição poderá ser realizada uma roda de conversa sobre o documentário e as conexões do mesmo com a realidade local e outras questões.

**Responsáveis:**

Nilvanda e Jordânia [curadoras].

**Potenciais parceiros:**

Escola de Políticas Públicas e Cidadania Ativa - EPUCA.

**Data ou prazo de realização:**

A partir de janeiro de 2023.

**Projeto ou atividade:**

Boletim informativo

**Princípios e/ou diretrizes:**

Edição de um boletim informativo semestral com notícias locais e informações de interesse das duas comunidades, em formato impresso e digital, para ampla distribuição junto à população de Oitis e Catolé, além de instituições e organizações externas, parceiras e potencialmente parceiras.

**Responsáveis:**

Diretorias das duas associações.

**Potenciais parceiros:**

Escola de Políticas Públicas e Cidadania Ativa - EPUCA.

**Data ou prazo de realização:**

A partir de janeiro de 2023.



Associação Agrícola de Catolé
Associação Comunitária de Oitis

**PLANO DE AÇÃO COMUNITÁRIO, TERRITORIAL
E ORGANIZACIONAL DAS COMUNIDADES DE
OITIS E CATOLÉ, EM MILAGRES [2023-2024]**

FOTOS, DIAGRAMAÇÃO E ARTE
Joelmir Pinho

